

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – *CAMPUS* DE CACOAL
DEPARTAMENTO DE DIREITO

CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS:
***JUS POSTULANDI* E EFETIVIDADE DE ACESSO À JUSTIÇA**

Cacoal/RO
2008

FÁBIO ALY DE FREITAS

**CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS:
JUS POSTULANDI E EFETIVIDADE DE ACESSO À JUSTIÇA**

Monografia apresentada à
Universidade Federal de Rondônia –
UNIR, *campus* de Cacoal, como
requisito parcial para a obtenção do
grau de Bacharel em Direito, sob a
orientação do Prof. Ms. Maria Priscila
Soares Berro.

Cacoal/RO
2008

PARECER DE ADMISSIBILIDADE DA PROFESSORA ORIENTADORA

O Acadêmico **FÁBIO ALY DE FREITAS** desenvolveu o Trabalho de Conclusão de Curso de Direito-TCC sobre o tema ***CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS: JUS POSTULANDI E EFETIVIDADE DE ACESSO À JUSTIÇA***, obedecendo aos critérios do Projeto de Monografia apresentado ao Departamento de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia – Unir, *Campus* de Cacoal/RO.

O acompanhamento foi efetivo, tendo o desenvolvimento do trabalho observado os prazos fixados pelo Departamento de Direito.

Assim sendo, o Acadêmico está apto para a apresentação expositiva de sua Monografia junto à Banca Examinadora.

Cacoal/RO, 10 de março de 2008.

Professora Mestre Maria Priscila Soares Berro
Orientadora

FÁBIO ALY DE FREITAS

**CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS:
JUS POSTULANDI E EFETIVIDADE DE ACESSO A JUSTIÇA**

_____ 1º Avaliador (a)	_____ Nota
_____ 2º Avaliador (a)	_____ Nota
_____ 3º Avaliador (a)	_____ Nota
_____ Média Final	

Dedico a presente monografia a minha família, a qual me trás boas recordações e me serviu de espelho durante todos estes anos;

Dedico a presente monografia aos meus queridos mestres professores, que com muita humildade, singeleza e benevolência compartilharam comigo durante todos estes anos seus conhecimentos e experiências, bem como compreenderam minhas deficiências.

Agradeço ao Pai Celestial, criador do Céu e da Terra, que sempre esteve comigo nesta jornada;

Agradeço aos meus colegas de classe, que, diga-se de passagem, são os melhores que poderia ter;

Agradeço a todos que contribuem para a Universidade Federal de Rondônia, instituição esta que, ao meu ver, é fundamental para a evolução de social de nosso Estado.

RESUMO

FREITAS, Fábio Aly. Considerações Acerca dos Juizados Especiais Cíveis: *Jus Postulandi* e Efetividade de Acesso à Justiça. Trabalho de Conclusão de Curso. Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus* de Cacoal, 2008.

O presente trabalho monográfico destina-se ao estudo do instituto do *Jus Postulandi* e da Efetividade do Acesso à Justiça em sede dos Juizados Especiais Cíveis. O primeiro capítulo estuda o *Jus Postulandi* propriamente dito, em todos seus aspectos, e a forma como é exercido nos Juizados Especiais Cíveis. O segundo, por sua vez, trata de uma abordagem sintética acerca dos Juizados Especiais Cíveis no Brasil, minuciando sua história, competência e procedimento. Por fim estuda-se a efetividade de acesso a justiça, abordando suas relações com o procedimento sumariíssimo, com a efetividade de acesso ao judiciário, com a indispensabilidade do advogado e com a inexistência de amparo estatal. Neste prisma, mediante extensa pesquisa bibliográfica, chega-se a conclusão que o *Jus Postulandi* nos Juizados Especiais Cíveis é, de fato, um grande instrumento a disposição da sociedade para democratizar o acesso à justiça.

Palavras-chave: Juizados Especiais. Lei 9.099/95. *Jus Postulandi*. Acesso à justiça.

ABSTRACT

FREITAS, Fabio Aly. Considerations About Special Civil Courts. *Jus Postulandi* and Effectiveness of Access to Justice. Conclusion of Course's Work. Foundation Federal University of Rondônia – Cacoal Campus, 2008.

This monographic paper is aimed to study the institute of Jus Postulandi and the Effectiveness of the Access to Justice in the headquarters of the Special Civil Courts. The first chapter examines the Jus Postulandi itself in all its aspects, and the way it is exercised in the Especial Civil Courts. The second, in turn, is a synthetic approach on the Special Civil Courts in Brazil, specifying its history, jurisdiction and procedure. Finally, studies the effectiveness of access to justice, addressing its relations with the summarized procedure, with the effectiveness of access to the judiciary, with the indispensability of lawyers and the nonexistence of the state legal help. In this light, through extensive literature search, one reaches the conclusion that the Jus Postulandi in the Special Civil Courts is, in fact, a great instrument available to the society so as to democratize access to legal justice.

Keywords : Special Civil Courts. Law 9.099/95. *Jus Postulandi*. Access to justice.

LISTA DE ABREVIATURAS

1. ADPF – Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental.....	21
2. ADIMC – Ação Direta de Inconstitucionalidade	21
3. AL – Alagoas.....	21
4. FONAJE – Fórum Nacional dos Juizados Especiais Cíveis	23
5. TST – Tribunal Superior do Trabalho	24
6. SDI – Seção de Dissídios Individuais	24
7. ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade	24
8. UF – União Federal	24
9. DF – Distrito Federal	25

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	DO <i>JUS POSTULANDI</i>	12
2.1	BREVE HISTÓRICO	12
2.2	CONCEITO	14
2.3	PREVISÃO	17
2.4	CONSTITUCIONALIDADE	21
2.5	NO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	25
3	DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS NO BRASIL	30
3.1	BREVE HISTÓRICO	30
3.2	COMPETÊNCIA	32
3.3	DO PEDIDO INICIAL	36
3.4	DA SESSÃO DE CONCILIAÇÃO	38
3.5	DA RESPOSTA DO RÉU.....	40
3.6	DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO	42
3.7	SENTENÇA	45
3.8	RECURSOS	49
3.9	EXECUÇÃO	58
4	EFETIVIDADE DE ACESSO À JUSTIÇA	62
4.1	NO PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	63
4.2	EFETIVIDADE DE ACESSO AO JUDICIÁRIO	67
4.3	DA INDISPENSABILIDADE DO ADVOGADO	68
4.4	DA INEXISTÊNCIA DE AMPARO ESTATAL	70
5	CONCLUSÃO	73
6	REFERÊNCIAS	77

1 INTRODUÇÃO

O *Jus Postulandi* nos Juizados Especiais Cíveis está previsto no art. 9º, *caput*, da Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995. Contudo, não é exclusivo dos Juizados Especiais Cíveis, nem fora criado pela Lei 9.099/95. Constata-se sua presença até mesmo no processo penal, onde o Estado, via de regra, custeia defensor para a parte que não o tiver.

Em cada rito processual, todavia, ele é dotado de peculiaridades, diferenciando-se quantos aos objetivos e o modo em que é exercido. Sendo que, para os que defendem o instituto, o mesmo veio incrementar o princípio da indeclinabilidade da jurisdição, previsto no inciso XXXV, do art. 5º, da Constituição.

Por outro lado, muito tem sido questionada sua constitucionalidade, pois o art. 133 da Constituição Federal assevera que o advogado é indispensável à administração da justiça.

Neste trabalho pretende-se abordar o *Jus Postulandi* em sede dos Juizados Especiais Cíveis, com todas suas peculiaridades. Para tanto, é de vital importância conhecermos como se desenvolve o processo perante os Juizados Especiais Cíveis, desde a fase postulatória até a de execução.

A fase postulatória se inicia com a formulação do pedido inicial, oral ou escrito, diretamente na secretaria dos Juizados. A mesma, encerra-se na audiência de instrução e julgamento, quando o réu deverá apresentar sua

contestação. Finda a fase postulatória, passa-se imediatamente a fase instrutória, não havendo prejuízo às partes. Após, o magistrado proferirá imediatamente sua sentença, da qual caberá recurso no prazo de dez dias.

A execução, por sua vez, é realizada nos moldes do procedimento comum, com as modificações trazidas pelos arts. 52 e 53 da Lei 9.099/95.

Por fim, procurar-se-á demonstrar a relação dos Juizados Especiais Cíveis com a efetividade de acesso à justiça. Com efeito, os Juizados Especiais Cíveis oferecem um processo simples, célere e barato, o que coaduna com a efetividade de acesso à justiça. Todavia, há algumas peculiaridades que merecem ser estudadas com cautela.

2 DO *JUS POSTULANDI*

Para melhor compreensão do instituto do *Jus Postulandi* mostra-se necessário que façamos uma análise preliminar acerca da origem etimológica da palavra.

A expressão *Jus Postulandi*, do latim, é formada pela junção das palavras *Jus* e *Postulandi*. *Jus*, com efeito, tem o significado de Direito. Por sua vez, *Postulandi*, tem o significado de Postular. Desta forma, numa interpretação literal da palavra podemos definir a expressão *Jus Postulandi* como sendo o Direito de Postular.

Contudo, a expressão *Jus Postulandi* não tem sido interpretada como sendo somente o direito de postular, mas sim como o direito de postular em juízo pela própria parte, conforme ver-se-á.

2.1 BREVE HISTÓRICO

A história do *Jus Postulandi* coaduna com a da advocacia e a do próprio direito processual. A profissão de advogado é uma das mais antigas do mundo, existente desde a época da Grécia Antiga e do Império Romano.¹

¹PAIVA, Mário Antônio Lobato de. **A Supremacia do Advogado em face do Jus Postulandi**. Disponível em <<http://www.serrano.neves.nom.br/cgd/012101/5a003.htm>>. Acesso em 16/10/2007.

No Brasil, a profissão do advogado surgiu com o advento das Ordenações Afonsinas e das Manuelinas, onde era previsto que a mesma somente podia ser exercida por aqueles que tivessem cursado Direito Civil ou Canônico durante o período de oito anos na Universidade de Coimbra, sujeitando os infratores em penas severas se não observadas tais regras. As Ordenações Filipinas repetiram tais disposições.²

No entanto, embora tais disposições do Império, que vigoraram até o início da República, com a Codificação do Direito no Século XIX, devido às restrições de profissionais habilitados, sempre foram relevadas as próprias partes a possibilidade de postular pessoalmente seus direitos, bem como tolerados os rábulas ou provisionados, instituídos pelo Alvará Régio de 24 de julho de 1713³.

A propósito, sobre o conceito de Rábula, veja o que diz o Dicionário Técnico Jurídico organizado por Guimarães⁴: *“Advogado de poucos conhecimentos, que usa de recursos pouco convencionais em juízo; chicaneiro. Diz-se também daquele que advoga sem ser formado. Estão em desuso a palavra e a figura.”*

Frise-se que muitos Rábulas se destacaram, como Luiz Gama, Evaristo de Moraes e Cosme de Farias.

Os Rábulas sobreviveram até 1985, quando a Lei 7.346 vedou em seu art. 1º novas inscrições de provisionados na Ordem dos Advogados do Brasil⁵. Contudo, a lei manteve os provisionados existentes, vendando apenas novas inscrições.

Por sua vez, o Instituto do *Jus Postulandi*, embora severamente criticado, permanece até a presente data.

² *Idem, Ibidem*. Acesso em 16/10/2007.

³ PORTINHO, Roberta Brenner Ochilacki. **Evolução da História da Advocacia**. Disponível em <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=25>>. Acesso em 16/10/2007.

⁴ GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri (org.). **Dicionário Técnico Jurídico**. Rideel: São Paulo, 1995. p. 465.

⁵ BRASIL. **Lei 7.346 de 22/07/1985**. Veda novas inscrições no Quadro de Provisionados da Ordem dos Advogados do Brasil e, mediante alterações da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, assegura, aos atualmente inscritos nesse Quadro, o amplo direito de exercício da profissão de advogado. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action>>. Acesso em 16/10/2007.

A Consolidação das Leis do Trabalho, instituída pelo Decreto-Lei 5.452/43, dos diplomas em vigor, foi uma das primeiras a prever expressamente o *Jus Postulandi*, no art. 791⁶.

Com o advento da Carta Magna de 1988, o advogado tornou-se essencial a Administração da Justiça. Neste diapasão, o art. 1º da Lei 8.906/1994 – Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil – dispôs ser atividade privativa da advocacia a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos Juizados Especiais Cíveis⁷.

Todavia, embora a disposição Constitucional e do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, a Lei 9.099/95 – Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais – reiterou em seu art. 9º a possibilidade das partes comparecerem postulare pessoalmente, independente da assistência de casuístico, nas causas de valor inferior a 20 (vinte) salários mínimos⁸.

2.2 CONCEITO

Para uma correta análise do conceito de *Jus Postulandi*, devemos primeiramente abordar conceito de partes no processo civil, uma vez que são elas quem o exerce.

Primeiramente, devemos observar que existem três tipos de capacidade no ordenamento jurídico pátrio: a civil; a de ser parte; e a postulatória, sendo que somente esta última defere ao seu titular legitimidade para pedir em juízo.

A capacidade civil, com efeito, é a capacidade de ser titular de direito. Segundo o art. 1º do Código Civil Brasileiro, toda pessoa tem capacidade de

⁶BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

⁷BRASIL. **Lei 8.906 de 04 de julho de 1994**. Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

⁸BRASIL. **Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

direitos e obrigações, sendo que a mesma surge com o nascimento com vida, resguardados, desde já, os direitos do nascituro, permeando-se até a morte. A capacidade das pessoas jurídicas surge com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro⁹.

No entanto, nem todos que possuem capacidade civil têm plena capacidade para estar em juízo, ou ser parte, como os absolutamente incapazes, por exemplo, e, por outro lado, existem entes despersonalizados que não possuem capacidade civil e podem estar em juízo, conforme será demonstrado.

Segundo Silva¹⁰, capacidade de ser parte é:

...ter capacidade para ser sujeito de uma dada relação jurídica processual. A capacidade de ser parte corresponde à capacidade jurídica em geral, de direito civil (...) Todavia, a capacidade processual de ser parte é mais ampla do que a capacidade jurídica de direito civil. Assim, poderão eventualmente comparecer em juízo como autores ou como réus certos organismos ou coletividades não personalizadas, tais como as Mesas dos corpos legislativos, para as ações de mandados de segurança, o condomínio, a herança jacente, a massa falida, os 'consórcios' de consumidores, etc .

No entanto, embora se defina em linhas gerais o conceito de partes, desvinculando-as do direito material violado, deve ser levado em consideração ainda a capacidade de ser parte em situações de legitimidade extraordinária ou de intervenção de terceiros.

Legitimidade Extraordinária, na voz de Gonçalves¹¹, *ocorre quando alguém vá a juízo, em nome próprio, postular ou defender interesse alheio*. Neste caso, aquele que figura como parte não é o titular do direito material tutelado, sendo que este não participa da relação jurídico-processual.

Cite-se como exemplo de legitimidade extraordinária a atuação do Ministério Público nas ações civis públicas em defesa do consumidor.

⁹BRASIL. **Código Civil Brasileiro**. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

¹⁰ SILVA, Ovídio A. Batista. **Curso de Direito Processual Civil**. Vol. 01. 3ª ed. RT: São Paulo, 2002. p. 200.

¹¹GONÇALVES, Marcos Vinicius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil**. Vol. 01. 2ª ed. Saraiva: São Paulo, 2005. p. 90.

Por sua vez, afirma ainda renomado autor¹² que ocorre a *intervenção de terceiros quando alguém ingressa em processo alheio que esteja pendente*. Como exemplos de intervenção de terceiros pode-se citar a assistência, simples ou litisconsorcial, a oposição, a nomeação a autoria, a denúncia da lide e o chamamento ao processo.

Portanto, feitas estas considerações, pode-se definir a capacidade de ser parte como sendo a capacidade que todo e qualquer sujeito tem para atuar na relação jurídico-processual, em defesa de direito próprio ou alheio, não necessitando, excepcionalmente, possuir capacidade civil.

A capacidade postulatória, por sua vez, é a capacidade da parte deduzir pretensão em juízo, diferenciando-se da capacidade de ser parte. Esta, com efeito, tem capacidade apenas para figurar em um dos pólos da relação jurídico-processual, não podendo, no entanto, deduzir pretensão.

Neste sentido, dispõe o inciso III, do art. 14, do Código de Processo Civil, que são deveres das partes não formular pretensões, nem alegar defesa, cientes que são destituídas de fundamento¹³.

Com efeito, a capacidade postulatória é exclusiva, via de regra, de advogado legalmente habilitado, por força do art. 133 da Constituição Federal e do inciso I, do art. 1º, da Lei 8.906/94.

No entanto, no intuito de promover e facilitar o acesso à justiça, autorizou o legislador infraconstitucional em determinadas situações, excepcionalmente, as próprias partes formularem suas pretensões, conforme se demonstrará oportunamente.

Isto é o que denominamos *Jus Postulandi*, ou seja, a capacidade da própria parte deduzir pretensão em juízo, independentemente de habilitação

¹²*Idem, Ibidem.* p. 159.

¹³BRASIL. **Código de Processo Civil**. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

específica para tanto. A propósito, veja o conceito de *Jus Postulandi* de Martins, em sua obra *Direito Processual do Trabalho*¹⁴:

Jus Postulandi é o direito que a pessoa tem de ingressar em juízo, praticando pessoalmente todos os atos autorizados para o exercício do direito de ação, independentemente do patrocínio de advogado.

Portanto, conclui-se que *Jus Postulandi* é o direito da parte, titular do direito material violado ou não, praticar pessoalmente em juízo todos os atos do processo, independente de habilitação específica para tanto.

2.3 PREVISÃO

O *Jus Postulandi* não é um instituto exclusivo dos Juizados Especiais Cíveis nem foi inserto em nosso ordenamento jurídico pela Lei 9.099/95.

O parágrafo único do art. 36 do Código de Processo Civil permite que a própria parte postule em causa própria, se o processo tramitar em lugar em que não há advogado, ou todos os que houverem forem impedidos ou recusarem a causa¹⁵. Desta forma, excepcionalmente, mesmo na Justiça Comum admite-se o *Jus Postulandi*.

Na legislação extravagante observa-se também a presença do *Jus Postulandi* na Ação de Alimentos, no pólo ativo, e na Ação de Retificação de Registro Civil, nas hipóteses de retificação de erro de grafia.

Dispõe o art. 2º da Lei 5.478/68¹⁶ – Lei de Alimentos – que o credor, pessoalmente ou por intermédio de advogado, dirigir-se-á ao juiz competente, qualificando-se, e exporá suas necessidades, provando apenas o parentesco ou a obrigação alimentar do devedor, indicando seu nome e sobrenome, residência ou local de trabalho, profissão e naturalidade, quanto ganha aproximadamente ou os recursos de que dispõe.

¹⁴MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**. 7ª Ed. Atlas: São Paulo, 1998. p. 161.

¹⁵BRASIL. **Código de Processo Civil**. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

¹⁶BRASIL. **Lei 5.478 de 25 de julho de 1968**. Dispõe sobre ação de alimentos e dá outras providências. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

A Lei de Retificação de Registro Civil – Lei 6.015/77¹⁷ –, por sua vez, dispõe no art. 111 que a correção de erros de grafia poderá ser processada no próprio cartório onde se encontrar o assentamento, mediante petição assinada pelo interessado ou procurador, independentemente de pagamento de selos e taxas. Todavia, embora o feito se processo no cartório de registro, somente o juiz, ouvido o Ministério Público, poderá deferi-la.

Na Justiça do Trabalho o *Jus Postulandi* está previsto no art. 791 e 839 da Consolidação das Leis do Trabalho. Frise-se que na Justiça Obreira o *Jus Postulandi* é exercido de forma ampla e ilimitada, até o Superior Tribunal do Trabalho, conquanto as partes sejam empregados ou empregadores. Para Martins¹⁸ é vedado o *Jus Postulandi* na Justiça Obreira caso as partes não sejam empregados ou empregadores:

No processo do trabalho, as partes (tanto o empregador, como empregado), podem ingressar em juízo independentemente de patrocínio de advogado (arts. 791 e 839 da CLT). Esta possibilidade restringe-se, porém, ao âmbito da Justiça do Trabalho, ou seja, desde a Junta de Conciliação e Julgamento até o Tribunal Superior do Trabalho. Para se interpor recurso extraordinário em matéria trabalhista a parte terá de contratar advogado. O mesmo ocorre se houver a interposição de recurso no STJ quando se discute conflito de competência.

...

Não haverá a possibilidade de as partes postularem em dissídio individual sem advogado, quando não tenham a qualidade de empregado e empregador, como ocorre nos embargos de terceiro, quando o autor deste não é o empregador. Neste caso, haverá a necessidade de patrocínio de advogado.

Observa-se o exercício do *Jus Postulandi* até mesmo no Processo Penal, onde o Estado, via de regra, custeia defensor ao réu que não o tiver, mesmo que tenha condições de pagar as custas do processo e honorários de advogado, nas Ações de *Habeas Corpus* e de Revisão Criminal.

O *Habeas Corpus* é a ação constitucional penal garantidora do direito da liberdade de locomoção da pessoa humana constrangida em face de ilegalidade

¹⁷BRASIL. **Lei 6.015 de 31 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre os Registros Públicos e dá outras providências. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

¹⁸MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**. 7ª Ed. Atlas, 1998. *Passim*.

ou abuso de poder. Nesta ação, justifica-se a presença do *Jus Postulandi* dada à urgência na apreciação da matéria e no relevante interesse social envolvido.

O *Jus Postulandi* nas Ações de *Habeas Corpus* está previsto no § 1º do art. 1º do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil – Lei 8.906/94. Dispõe o referido parágrafo não se inclui na atividade privativa de advocacia a impetração de *habeas corpus* em qualquer instância ou tribunal¹⁹.

Nas Ações de Revisão Criminal, o *Jus Postulandi* é previsto no art. 623 do Código de Processo Penal. Estabelece o referido artigo que a revisão poderá pedida pelo próprio réu ou por procurador legalmente habilitado ou, no caso de morte do réu, pelo conjugue, ascendente, descendente, ou irmão²⁰.

Por fim, deve ser observada a existência do *Jus Postulandi* nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais.

Nos termos do art. 9º, *caput*, da Lei 9.099/95 – Lei dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais -, nas causas de valor inferior a vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado. Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a assistência é obrigatória²¹.

No âmbito dos Juizados Especiais Federais, aplica-se subsidiariamente o disposto na Lei 9.099/95, conforme estabelece o art. 1º da Lei 10.259/01²².

Ademais, o art. 10 da Lei 10.259/01 estabeleceu que as partes poderão designar representantes para a causa, advogado ou não, como bem explica Câmara²³:

¹⁹BRASIL. **Lei 8.906 de 04 de julho de 1994**. Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

²⁰BRASIL. **Código de Processo Penal**. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

²¹BRASIL. **Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

²²BRASIL. **Lei 10.259 de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal. BRASIL. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

²³ CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais. Uma Abordagem Crítica**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2007. p. 226.

A meu juízo a Lei 10.259/01, muito claramente, dispensa a presença de advogado qualquer que seja o valor da causa. É o que decorre do texto do seu art. 10. A facultatividade da presença de advogado, porém, se limita ao primeiro grau de jurisdição, na forma de que dispõe o art. 41, § 2º, da Lei 9.099/95.

E mais, segundo o mesmo autor²⁴ deve ser interpretado com muita cautela a possibilidade da parte designar representante para a causa que não seja advogado:

Entendo que a parte pode, pessoalmente, praticar atos postulatorios (entendimento este que manifesto partindo da premissa de que o Supremo Tribunal Federal, ao afirmar ser compatível com a Constituição da República a dispensa de patrocínio de advogado, profere decisão que deve ser respeitada erga omnes, mais ressalvado meu entendimento pessoal em sentido contrário). Esses atos postulatorios podem, também, ser praticados pelo advogado designado pela parte. Não me parece possível, porém, que um representante que não tenha habilitação para advogar esteja autorizado a praticar atos privativos de advocacia. O representante que não seja advogado, a meu ver, só poderá praticar atos negociais, podendo receber poderes da parte para, em seu nome, celebrar negócios jurídicos autocompositivos dos interesses em disputa.

Apesar de tal posicionamento, deve-se observar que a Lei dos Juizados Especiais Federais nada mais fez que admitir a presença de procurador representando a parte, como ocorre no procedimento comum. Ora, se o procurador pode praticar todos os atos do representado, nos limites da outorga, não há como negar que o mesmo exerça o *Jus Postulandi*.

Frise-se que até no Supremo Tribunal Federal, órgão máximo da Justiça Brasileira, já se admitiu o exercício do *Jus Postulandi* por Governador de Estado em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade e de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, nos autos de Autos da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 33 / PA e e nos autos de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIMC) 127/AL.

2.4 CONSTITUCIONALIDADE

A doutrina se diverge quanto à constitucionalidade ou não do *Jus Postulandi* em nosso ordenamento jurídico pátrio. Com efeito, este é um dos

²⁴Idem, *Ibidem*. p. 226.

aspectos mais polêmicos que envolve a questão pelo que, via de consequência, merece atenção especial.

Dispõe o art. 133 da Constituição Federal²⁵ que o advogado é indispensável a Administração da Justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

Nestes termos, *a priori*, chega-se a conclusão que é inconstitucional qualquer ato legislativo que facultem as partes postular independentemente da assistência de advogado, uma vez que o mesmo é indispensável à administração da justiça.

Silva²⁶, observando o artigo 133 da Carta Magna, ensina que “o princípio da essencialidade do advogado na administração da Justiça é agora mais rígido, parecendo, pois, não mais se admitir postulação judicial por leigos, mesmo em causa própria, salvo falta de advogado que o faça.”

Seguindo este raciocínio, Câmara²⁷ infere ser inconstitucional o art. 9º da Lei 9.099/95 :

Sempre sustentei - e assim continuo a entender – que a dispensa de advogado nas causas cujo valor não ultrapasse vinte salários mínimos é inconstitucional. A meu juízo, essa dispensa de advogado afronta o disposto no já citado art. 133 da Lei Maior. Afinal de contas, se o advogado é, como diz a Constituição da República, indispensável à administração da Justiça, não pode sua presença se facultativa. A Lei nº 9.099/95 consegue a proeza de dispensar o indispensável.

No âmbito trabalhista Falcão, autor de inúmeros livros, defende que o artigo 791 da Consolidação das Leis do Trabalho não foi recepcionado pela Constituição Federal²⁸:

²⁵BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

²⁶SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 9ª ed. Malheiros: São Paulo, 1994. pág. 510.

²⁷CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais. Uma Abordagem Crítica**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2007. p. 66.

²⁸FALCÃO, Ismael Marinho. **O Jus Postulandi em frente ao Novo Ordenamento Jurídico Constitucional**. Disponível em <<http://www.cesarkallas.net/arquivos/livros/E-books%20de%20Direito/00256%20%20O%20Jus%20Postulandi%20Frente%20ao%20Novo%20Ordenamento%20Constitucional.pdf>> Acesso em 28/10/2007.

O preceito, pois, do art. 133 da Constituição Federal, de forma clara e evidente, haverá de ser entendido tal como o entendeu o legislador, pois se o advogado é indispensável à administração da Justiça e essa administração de justiça se exerce através do processo, resta evidente que o jus postulandi insculpido no art. 791 da CLT não foi recepcionado pela nova Carta da República, e o advogado, para validade plena dos feitos judiciais, há que estar obrigatoriamente presente em todos os processos, de todas as instâncias, tal como dito pelo art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.906/94, absolutamente acorde com os princípios pétreos constantes do art. 5º da mesma Carta Magna, se se quiser seja respeitado e cultuado o princípio da isonomia, pois sem a presença do advogado de uma das partes, não se terá como proclamar haja igualdade de representação no processo.

Em que pesem esses argumentos, obstante, a corrente majoritária é no sentido que é plenamente constitucional o *Jus Postulandi*, conforme se demonstrará a seguir.

Frigini²⁹, em sua obra *Comentários a Lei dos Juizados Especiais*, afirma que a indispensabilidade de advogado deve ser nos termos legais e se houvesse monopólio de acesso a justiça haveria um risco muito maior, qual seja a não apreciação pelo Judiciário de lesão ou ameaça a direito:

Frise, ademais, que sua indispensabilidade deve ser aferida, sempre, nos termos da Lei, atendendo os fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum, de acordo com o preceito do art. 5º da LICC. Portanto, não é possível buscar na Lei maior um benefício nem sempre existente, pois o art. 133 da Constituição Federal “reserva a esses profissionais uma condição de servidor da Justiça e não de monopólio para que se tenha acesso a ela, mormente porque corre-se o risco de uma ofensa maior, qual seja, a de, no mínimo, impedir a apreciação, pelo Judiciário, de lesão ou ameaça a direito (art. 5º, XXXI, da CF).

No mesmo sentido, manifesta-se Dinamarco³⁰:

A indispensabilidade do advogado não é princípio que deva sobrepor-se à promessa constitucional de acesso à justiça (Const. art. 5º, inc. XXXV), sendo notório que as causas menores, levadas aos juizados, nem sempre comportam despesas com advogado e nem sempre quem as promove tem como despende.

Com efeito, havendo conflitos entre os princípios constitucionais deve-se fazer uma interpretação sistemática dos mesmos, de modo a aferir qual a verdadeira intenção do constituinte.

²⁹FRIGINI, Ronaldo. **Comentários a Lei dos Juizados Especiais Cíveis**. 2ª ed. HJ Mizuno: Leme, 2004. p. 169.

³⁰DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. Vol. II. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 287.

Outros posicionamentos têm sido admitidos de forma a sustentar a constitucionalidade do *Jus Postulandi*.

Santos³¹, ex-coordenadora dos Juizados Especiais Federais de São Paulo e Mato Grosso, e Chimenti, ex-presidente do Fórum Nacional dos Juizados Especiais (FONAJE), com muita propriedade, argumentam:

A tese de que a facultatividade da presença do advogado fere o art. 133 da CF não merece acolhimento, pois em que se pese a relevância do papel desempenhado pelo profissional, a sua indispensabilidade não é absoluta. Aliás, o próprio Estatuto da OAB, ao instruir que a impetração de hábeas corpus não se inclui na atividade privativa da advocacia (§1º, do art. 1º, da Lei nº 8.906/94), reconheceu que excepcionalmente o legislador pode atribuir o jus postulandi a pessoa sem habilitação técnica, tudo a demonstrar que o art. 133 da CF é norma constitucional de eficácia contida.

No âmbito trabalhista, a Jurisprudência e a Doutrina são uniformes no sentido da admissibilidade do *Jus Postulandi*. Veja o acórdão da Seção de Dissídios Individuais do TST Ac. SDI 4.938/90 de 12/12/1989, cujo relator foi o Ministro Orlando Teixeira da Costa³²:

O Jus Postulandi do processo trabalhista não conflita com o artigo 133 da Constituição de 1988, pois ele apenas reconheceu a natureza de direito público da função do advogado, sem criar nenhuma incompatibilidade com as exceções legais que permitem à parte ajuizar, pessoalmente, pleitos perante os órgãos do Poder Judiciário.

Em relação aos Juizados Especiais Cíveis, recentemente o Supremo Tribunal Federal firmou a posição majoritária na doutrina no sentido que é plenamente constitucional o art. 9º da Lei 9.099/95. Veja o Acórdão da ADI 1539/UF, cujo relator foi o Ministro Correa³³:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ACESSO À JUSTIÇA. JUIZADO ESPECIAL. PRESENÇA DO ADVOGADO.

³¹SANTOS, Marisa Ferreira, CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Juizados Especiais Cíveis e Criminais Federais e Estaduais**, tomo II. 4. ed. Saraiva: São Paulo, 2006. p. 94.

³²BRASIL. **Superior Tribunal do Trabalho**. Acórdão nº TST-RO- AR-468/84 - Ac. SDI 4.938/90, 12.12.1989. Rel. Min. Orlando Teixeira da Costa. Disponível em <http://www.direitomoderno.com/novos_textos/o_direito_de_jus_postulandi.doc>. Acesso em 03.11.2007.

³³BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Acórdão ADI 1539/UF. Rel. Min. Mauricio Correa. Disponível em

<<http://www.stf.gov.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADIN&s1=1539&processo=1539r>>. Acesso em 03.11.2007.

IMPRESINDIBILIDADE RELATIVA. PRECEDENTES. LEI 9.099/95. OBSERVÂNCIA DOS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS. RAZOABILIDADE DA NORMA. AUSÊNCIA DE ADVOGADO. FACULDADE DA PARTE. CAUSA DE PEQUENO VALOR. DISPENSA DO ADVOGADO. POSSIBILIDADE. 1. Juizado Especial. Lei 9099/95, artigo 9º. Faculdade conferida à parte para demandar ou defender-se pessoalmente em juízo, sem assistência de advogado. Ofensa à Constituição Federal. Inexistência. Não é absoluta a assistência do profissional da advocacia em juízo, podendo a lei prever situações em que é prescindível a indicação de advogado, dados os princípios da oralidade e da informalidade adotados pela norma para tornar mais célere e menos oneroso o acesso à justiça. Precedentes. 2. Lei 9099/95. Fixação da competência dos juízos especiais civis tendo como parâmetro o valor dado à causa. Razoabilidade da lei, que possibilita o acesso do cidadão ao judiciário de forma simples, rápida e efetiva, sem maiores despesas e entraves burocráticos. Ação julgada improcedente.

Frise-se ainda que o pretório excelso³⁴ firmou o entendimento que também é constitucional o art. 10 da Lei 10.259/2001 – Lei dos Juizados Especiais Federais, que faculta as partes designar representantes para a causa, advogado ou não, vejamos:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS. LEI 10.259/2001, ART. 10. DISPENSABILIDADE DE ADVOGADO NAS CAUSAS CÍVEIS. IMPRESINDIBILIDADE DA PRESENÇA DE ADVOGADO NAS CAUSAS CRIMINAIS. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DA LEI 9.099/1995. INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO. É constitucional o art. 10 da Lei 10.259/2001, que faculta às partes a designação de representantes para a causa, advogados ou não, no âmbito dos juizados especiais federais. No que se refere aos processos de natureza cível, o Supremo Tribunal Federal já firmou o entendimento de que a imprescindibilidade de advogado é relativa, podendo, portanto, ser afastada pela lei em relação aos juizados especiais. Precedentes. Perante os juizados especiais federais, em processos de natureza cível, as partes podem comparecer pessoalmente em juízo ou designar representante, advogado ou não, desde que a causa não ultrapasse o valor de sessenta salários mínimos (art. 3º da Lei 10.259/2001) e sem prejuízo da aplicação subsidiária integral dos parágrafos do art. 9º da Lei 9.099/1995. Já quanto aos processos de natureza criminal, em homenagem ao princípio da ampla defesa, é imperativo que o réu compareça ao processo devidamente acompanhado de profissional habilitado a oferecer-lhe defesa técnica de qualidade, ou seja, de advogado devidamente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil ou defensor público. Aplicação subsidiária do art. 68, III, da Lei 9.099/1995. Interpretação conforme, para excluir do âmbito de incidência do art. 10 da Lei 10.259/2001 os feitos de competência dos juizados especiais criminais da Justiça Federal. Adin 3168/DF.

³⁴BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Acórdão ADI 3168/DF. Rel. Min. Joaquim Barbosa. Disponível em

<<http://www.stf.gov.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADIN&s1=1539&processo=1539r>>. Acesso em 03.11.2007.

Portanto, seguindo a Jurisprudência e a Doutrina Majoritária constata-se que não é inconstitucional o exercício do *Jus Postulandi* nos Juizados Especiais Cíveis.

2.5 NO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

É imperioso abordar o exercício do *Jus Postulandi* em sede dos Juizados Especiais Cíveis, com todas suas características. Com efeito, o mesmo está previsto no *caput* do art. 9º da Lei 9.099/95³⁵. Referido artigo estabelece que as partes poderão comparecer desassistidas de advogado, nas causas de valor inferior a vinte salários mínimos.

Contudo, o FONAJE³⁶ dispôs no enunciado 36 que a assistência obrigatória somente se inicia a partir da fase instrutória: *“A assistência obrigatória prevista no art. 9º da Lei 9.099/1995 tem lugar a partir da fase instrutória, não se aplicando para a formulação do pedido e a sessão de conciliação.”*

A fim de possibilitar o *Jus Postulandi*, a Lei elege como princípios norteadores dos Juizados Especiais a oralidade, a simplicidade, a informalidade, dentre outros, e os aplica em inúmeros dispositivos. Com efeito, toda e qualquer interpretação da Lei dos Juizados deve obedecer a estes princípios, sob pena de não ser legítima, conforme leciona Câmara³⁷:

Os princípios enumerados no art. 2º da Lei 9.099/95 são, pois, os princípios gerais, informativos do microssistema dos Juizados Especiais Cíveis. Sua generalidade os torna vetores hermenêuticos, o que significa dizer que toda a interpretação do Estatuto dos Juizados Especiais Cíveis só será legítima se levar em conta tais princípios. Sendo assim, para que um desses princípios seja afastado em alguma situação é preciso que haja regra expressa excepcionando sua incidência, ou que haja algum conflito entre dois princípios, caso em que apenas um deles - o que proteger o interesse mais relevante no caso sub examine - poderá incidir.

³⁵BRASIL. **Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

³⁶BRASIL. **XXI Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE**. Vitória, 30/05/2007 a 02/06/2007. Disponível em <<http://www.fonaje.org.br/2006>>. Acesso em 03/11/2007.

³⁷ CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais. Uma Abordagem Crítica**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2007. p. 11.

A Lei 9.099/95 obedeceu fielmente os princípios previstos em seu art. 2º. Ademais, quando não se deve aplicá-los, excepcionou expressamente, como o fez no *caput* do art. 42, que exige petição escrita para a interposição de recurso.

O primeiro princípio, o da oralidade, infere que no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis a palavra oral deve predominar sobre a palavra escrita. Este princípio, com efeito, está previsto tanto na Lei dos Juizados quanto na Constituição Federal, no inciso I, do art. 98³⁸.

Câmara³⁹, citando Chiovenda, ressalta que o processo oral se baseia em cinco postulados fundamentais, quais sejam: a prevalência da palavra falada sobre a escrita; a imediatidade entre o juiz e a fonte da prova oral; a identidade física do juiz; a concentração dos atos processuais em audiência; e a irrecorribilidade das decisões interlocutórias em separado.

Pois bem, os Juizados Especiais Cíveis seguiram na risca esta orientação. Nele, a prevalência da palavra falada sobre a escrita se manifesta em sua forma suprema, uma vez que todos os atos processuais, tanto os postulatórios quanto os instrutórios, podem ser praticados na forma oral.

O artigo 14 e 30 da Lei 9.099/95 permite a parte formular pedido e contestar na forma oral. Já o *caput* do art. 35 dispõe que a perícia é realizada informalmente, mediante a oitiva de técnicos da confiança do juiz, e o art. 36 que a prova oral não será reduzida a escrito⁴⁰.

Da imediatidade entre o juiz e a fonte de prova oral, por sua vez, decorre que deve haver um contato direto entre o juiz e as pessoas que vão prestar depoimento, notadamente pelo fato que a prova oral não é reduzida a escrito.

³⁸BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

³⁹CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais. Uma Abordagem Crítica**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2007. p. 12.

⁴⁰BRASIL. **Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

Outro postulado fundamental é o da identidade física do juiz, presente no art. 28 da Lei 9.099/95⁴¹. Tal princípio, com efeito, dispõe que o juiz que presidir a instrução fica vinculado a proferir a sentença.

A concentração dos atos processuais em audiência também está presente nos Juizados Especiais. Nesta, o procedimento se desenvolve desde a contestação até a sentença. O artigo 28 da Lei 9.099/95 menciona que na instrução serão ouvidas as partes, colhida a prova e, em seguida, proferida a sentença. Ou seja, praticamente todo o procedimento se desencadeia na audiência, inclusive a prova pericial e a inspeção judicial.

Em razão de não ser cabível recurso de agravo nos Juizados, às decisões interlocutórias são irrecorríveis. Frise-se ainda, pois, que sendo o processo oral, o único agravo que poderia admitir-se seria o retido, daí a pouca importância do recurso em sede dos Juizados. Citando Liebman, Câmara⁴² afirma que os vícios do processo, uma vez proferida sentença, transformam-se em razões de apelação.

No tocante a importância do princípio da oralidade para o *Jus Postulandi*, em suma, pode-se inferir que a mesma decorre do fato que é bem mais cômodo para a parte postular seu na forma oral, uma vez que, dado a ausência de conhecimentos técnicos especializados, poderão ter dificuldades de se expressar na forma escrita.

Conceituado o princípio da simplicidade, ou critério, como diz a lei, Alvim⁴³ disserta que:

O critério da simplicidade significa que o processo não deve oferecer oportunidade para incidentes (obstáculos) processuais, contendo-se toda a matéria de defesa na contestação, inclusive eventual pedido contraposto do réu, em seu favor, exceto as arguições de suspeição ou impedimento do juiz (exceções processuais), que se processam na forma do Código de Processo Civil.

⁴¹ *Idem, Ibidem.*

⁴² CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais. Uma Abordagem Crítica.** 3ª Ed. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2007. p. 18.

⁴³ ALVIM, J. E. Carreira. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais: Lei 9.009/95.** 3ª ed. Curitiba: Juruá, 2006. p. 19.

E sobre o da informalidade leciona que⁴⁴:

O critério da informalidade significa que os atos processuais (petição inicial, contestação, arguições incidentais, requerimentos, decisões interlocutoras) devem ser praticados informalmente, sem apego a forma e ritos que possam comprometer a sua finalidade.

Por sua vez, Câmara⁴⁵ fala que simplicidade e informalidade são, na verdade, um só princípio:

Não obstante fale a lei sem simplicidade e em informalidade como conceitos distintos, a rigor está-se aqui diante de um só princípio, que tanto pode ser chamado de princípio da informalidade como de princípio da simplicidade. Por força deste princípio o processo perante os Juizados Especiais Cíveis deve ser totalmente desformalizado.

A rigor, de fato, é difícil distinguir o princípio da simplicidade do princípio da informalidade, razão pela qual não merece discussão acerca de suas eventuais diferenças. O que importa, com efeito, é aplicá-los na vida forense com o fim primordial de desburocratizar a máquina judiciária e acelerar o desfecho do processo.

Estes princípios são podem ser detectados inúmeras vezes nos Juizados Especiais e são fundamentais para o *Jus Postulandi*. Neste sentido, aplicando estes princípios no intuito de promover celeridade processual e facilitar o exercício do *Jus Postulandi*, respectivamente, a Lei dos Juizados dispensou o registro e autuação do processo e reduziu a três os requisitos da petição inicial, bem como implementou a possibilidade de pedido contraposto, dispensando a necessidade de reconvenção.

Portanto, a Lei 9.099/95 não só institui o *Jus Postulandi*, como também incrementou medidas para facilitar o seu exercício.

⁴⁴*Ibidem*. p. 19.

⁴⁵CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais. Uma Abordagem Crítica**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2007. p. 19.

3 DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS NO BRASIL

Não se pode deixar de discorrer sobre os Juizados Especiais Cíveis no Brasil e sobre seu procedimento, tendo em vista que é neste contexto que disserta-se sobre o *Jus Postulandi* e sobre a Efetividade de Acesso à Justiça.

É, pois, fundamental conhecer o Estatuto Processual que rege os Juizados Especiais Cíveis – Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995 e suas peculiaridades.

3.1 BREVE HISTÓRICO

O Estado do Rio Grande do Sul foi o pioneiro a criar os Juizados Especiais de Pequenas Causas. Posteriormente, em 1982, o Estado do Paraná, copiou a idéia. Vale ressaltar que naquela época os Juizados existiam informalmente, uma vez que não havia permissão legislativa para sua criação.

Contudo, a experiência deu certo e, em 1983, foi encaminhado à sanção presidencial o anteprojeto da Lei 7.244/84, que facultou aos Estados e ao Distrito Federal e Territórios a criação de Juizados de Pequenas Causas.⁴⁶

O Estado de Rondônia, no auge de sua juventude, foi um dos cinco primeiros a oficializar a existência do instituto, mediante a Lei Estadual nº. 108, de 09 de junho de 1986.⁴⁷

Com o advento da Carta Magna de 1988⁴⁸, o que era facultativo tornou-se obrigatório, tendo o constituinte determinado a criação de dois Juizados: o de Pequenas Causas, no art. 24, X; e os Especiais, no artigo 98, I, estes, providos por juízes togados ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento, e a execução das causas cíveis de menor complexidade e infrações

⁴⁶ NAVES, Nilson. **XIII Encontro do Fórum Nacional dos Juizados Especiais Cíveis**. Disponível em <<http://www.stj.gov.br/Discursos/0000361/XIII%20Encontro%20do%20F%C3%B3rum%20de%20Coord%20dos%20Juizados%20Especiais.doc>>. Acesso em 10/09/2007.

⁴⁷ RONDÔNIA. **Tribunal de Justiça do Estado De Rondônia**. Disponível em <<http://www.tj.ro.gov.br/admweb/view.jsp?id=58268677-ad9a-402d-8ddd-43ee80070fc5>>. Acesso em 10/09/2007.

⁴⁸ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

penais de menor potencial ofensivo, mediante procedimentos oral e sumaríssimo, permitidas, nas hipóteses previstas em lei, a transação penal e o julgamento de recursos por turma de juízes de primeiro grau.

Neste sentido, Câmara⁴⁹ sustenta que os Juizados de Pequenas Causas e os Juizados Especiais Cíveis são órgãos jurisdicionais diversos:

A constituição da República, em seu art. 24, X, faz alusão a um Juizado de Pequenas Causas. Já no art. 98, I, a Carta Magna fala dos Juizados Especiais Cíveis. Surge, então, uma questão a enfrentar: serão os Juizados Especiais Cíveis e os Juizados de Pequenas Causas dois nomes para o mesmo órgão jurisdicional? Entendo que não. A meu juízo, os Juizados de Pequenas Causas devem ser órgãos competentes para causas de menor valor econômico, como eram os Juizados regidos pela Lei nº 7.244/84 (que eram competentes para causas cujo valor não ultrapasse vinte salários-mínimos). De outro lado, os Juizados Especiais Cíveis são competentes para causas cíveis de menor complexidade.

No entanto, o legislador infraconstitucional não observou a disposição constitucional de criar dos Juizados, vindo somente em 1995, mediante a Lei 9.099/95, instituir os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, com competência tanto para o processo e julgamento das pequenas causas quanto das causas cíveis de menor complexidade.

A Lei 9.099/95 englobou inteiramente os Juizados de Pequenas Causas e revogou expressamente a Lei 7.224/84, passando a ser o único estatuto processual a vigor.

Portanto, a Lei 9.099/95 dispôs, em um mesmo procedimento, sobre dois Juizados: o de Pequenas Causas, previsto no art. 24, X, da Constituição Federal, e os Especiais Cíveis, previstos no art. 98, I, da Constituição Federal.

3.2 COMPETÊNCIA

É facultativo o uso dos Juizados Especiais Cíveis para o autor. Este é o posicionamento da doutrina majoritária e do FONAJE – Fórum Nacional dos

⁴⁹CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais. Uma Abordagem Crítica**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2007. p. 31.

Coordenadores dos Juizados Especiais Cíveis. Veja o enunciado: “*Enunciado 1 – O exercício do direito de ação nos Juizados Especiais é facultativo para o autor.*”⁵⁰

No âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, a competência se desdobra em razão da matéria e em territorial. Há ainda uma hipótese peculiar de competência, ligada diretamente a capacidade de ser parte, conforme veremos oportunamente.

Quanto à matéria, compete aos Juizados Especiais Cíveis o processo, julgamento e execução das causas cíveis de menor valor, quais sejam as inferiores a quarenta salários mínimos, e de menor complexidade, quais sejam as elencadas nos incisos II, III e IV do art. 3º da Lei 9.099/95. Vale ressaltar, que nas hipóteses dos incisos II e III, a competência não está sujeita a limite de alçada.

Veja o que diz o artigo 3º da Lei 9.099/95⁵¹:

Art. 3º. O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I – as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;

II – As enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil;

III – A ação de despejo para uso próprio;

IV – As ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.

Todavia, excluem-se de sua competência as causas de maior complexidade, mesmo que de menor valor, assim consideradas as enumeradas no § 2º do art. 3º da lei⁵²:

Art. 3º. ...

§2º. Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.

Estas causas, com efeito, são incompatíveis com o procedimento simples e célere dos Juizados, razão pela qual se justifica sua exclusão.

⁵⁰BRASIL. **XXI Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE**. Vitória, 30/05/2007 a 02/06/2007. Disponível em <<http://www.fonaje.org.br/2006>>. Acesso em 15/09/2007.

⁵¹BRASIL. **Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Vade Mecum** acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

⁵²BRASIL. **Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Vade Mecum** acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

Os Procedimentos Especiais Cíveis também são incompatíveis com os Juizados Especiais. Neste sentido, posicionou Câmara⁵³:

Assim sendo, não se poderá ter, nos Juizados Especiais Cíveis, entre outras, causas como a de despejo por falta de pagamento, consignação em pagamento, prestação de contas, procedimentos monitorios, etc. Isto se deve ao fato de que no microssistema processual dos Juizados Especiais Cíveis um único procedimento é admissível, o procedimento sumariíssimo, de que se tratará mais adiante (cf. Infra, o capítulo V). Não se pode ter, pois, procedimento especial desenvolvendo em Juizado Especial Cível, por absoluta incompatibilidade.

Aliás, no mesmo sentido, o FONAJE⁵⁴ editou seu enunciado 8º: “As ações cíveis sujeitas aos procedimentos especiais não são admissíveis nos Juizados Especiais.”

Entende a Doutrina e a Jurisprudência que a maior complexidade se dá em razão da necessidade ou não de dilação probatória, e não em razão da complexidade do direito material. A propósito, o enunciado 54 do FONAJE⁵⁵ dispõe neste sentido: “A menor complexidade da causa para a fixação da competência é aferida pelo objeto da prova e não em face do direito material.”

As causas previstas nos incisos II e III do art. 3º da Lei 9.099/95 podem tramitar nos Juizados independente de limite de alçada. O inciso II prevê que os Juizados Especiais Cíveis são competentes para o processo e julgamento das causas de rito sumário previstas no art. 275, II, do Código de Processo Civil. Eilo⁵⁶:

Art. 275. Observar-se-á o procedimento sumário:

...

II – Nas causas, qualquer que seja o valor:

- a) arrendamento rural e de parceria agrícola;*
- b) cobrança ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio;*
- c) de ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico;*
- d) de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre;*

⁵³CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais: uma Abordagem Crítica**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. p. 35.

⁵⁴BRASIL. **XXI Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE**. Vitória, 30/05/2007 a 02/06/2007. Disponível em <<http://www.fonaje.org.br/2006>>. Acesso em 15/09/2007.

⁵⁵*Idem, Ibidem.*

⁵⁶BRASIL. **Código de Processo Civil**. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

- e) de cobrança de seguro, relativamente aos danos causados em acidente de veículos, ressalvados os caso de processo de execução;
- f) de cobrança de honorários dos profissionais liberais, ressalvado o disposto em legislação especial;
- g) nos demais casos previstos em lei.

Neste sentido, o FONAJE⁵⁷ editou o enunciado 58: “*Substitui o Enunciado 2 - As causas cíveis enumeradas no art. 275 II, do CPC admitem condenação superior a 40 salários mínimos e sua respectiva execução, no próprio Juizado.*”

No tocante a competência territorial, têm se algumas peculiaridades em relação ao procedimento comum e é prevista no art. 4º da Lei 9.099/95⁵⁸:

Art. 4º. É competente, para as causas previstas nesta lei, o Juizado do foro:
I – do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório;
II – do lugar onde a obrigação deva ser satisfeita;
III – do domicílio do autor ou do local do ato ou fato, nas ações de reparação de dano de qualquer natureza.
Parágrafo único. Em qualquer hipótese, poderá a ação ser proposta no foro previsto no inciso I deste artigo.

Pondera Câmara⁵⁹ que não se deve dar interpretação literal ao disposto no inciso I, do art. 4º, da Lei 9.099/95:

Quando este dispositivo estabelece que o demandante pode, a seu critério, demandar no domicílio do réu ou no lugar onde este exerça suas atividades profissionais ou tenha filial, agência, sucursal ou escritório, deve-se entender que essa opção pelo lugar de exercício só poderá se dar quando a demanda versar sobre fato que diga respeito à atividade do profissional do demandado. Assim, por exemplo, se o demandado mora em Niterói mais exerce sua atividade profissional no Rio de Janeiro, poderá ele ser demandado nesta última cidade se a causa de pedir for fato que diga respeito à sua atividade profissional, mas não em outros casos. Sendo o demandado pessoa jurídica, deverá a demanda ser ajuizada no seu domicílio principal. Versando a causa, porém, fato ocorrido em uma sucursal, filial, agência ou escritório, poderá a demanda ser ajuizada no foro onde esteja localizado.

Outra questão que merece ser analisada é a competência da ação de reparação de danos. Nos Juizados Especiais Cíveis, como visto anteriormente, é

⁵⁷BRASIL. XXI Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE. Vitória, 30/05/2007 a 02/06/2007. Disponível em <<http://www.fonaje.org.br/2006>>. Acesso em 15/09/2007.

⁵⁸BRASIL. Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

⁵⁹CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais. Uma Abordagem Crítica.** 3ª Ed. *Lumen Juris*: Rio de Janeiro, 2007.p. 44.

do domicílio do autor ou do local do fato, na reparação de dano de qualquer natureza, enquanto no procedimento comum, todavia, a competência somente é do domicílio do autor nas ações de reparação de danos em razão de acidentes de veículos, conforme estabelece o parágrafo único do art. 100 do Código de Processo Civil⁶⁰.

A competência do Juizado Especial Cível também se relaciona quando a capacidade de ser parte. Veja o que diz o art. 8º da Lei 9.099/95⁶¹: *“Art. 8º. Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da união, a massa falida e insolvente civil.”*

Aqui há uma hipótese peculiar de competência ligada à capacidade de ser parte, tendo vista que estas pessoas somente não poderão ser partes nos Juizados Especiais Cíveis e nada as impede de demandar na Justiça Comum.

Quanto à possibilidade de demandarem, a competência se restringe mais ainda, sendo deferida somente as pessoas físicas capazes, excluídos os cessionários de direitos de pessoas jurídicas, e as microempresas e as empresas de pequeno porte, por força do art. 74 da Lei Complementar 123/2006⁶².

3.3 DO PEDIDO INICIAL

O processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido, escrito ou oral, diretamente na Secretaria dos Juizados. Nele, o demandante somente apresentará o nome, a qualificação e o endereço das partes; os fatos e

⁶⁰BRASIL. **Código de Processo Civil**. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

⁶¹BRASIL. **Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

⁶²BRASIL. **Lei Complementar 123/2006**. Institui o estatuto nacional da microempresa e da empresa de pequeno porte; altera dispositivos das leis 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da consolidação das leis do trabalho - clt, aprovada pelo decreto-lei 5.452, de 1 de maio de 1943, da lei 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da lei complementar 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as leis 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em 25/09/207.

fundamentos, de forma sucinta; e o objeto e seu valor, a teor dispõe §1º do art. 14 da Lei 9.099/95.⁶³

Desta forma, não há os rigores dos arts. 282 do Código de Processo Civil, em obediência a informalidade, simplicidade e oralidade, conforme assevera Frigini⁶⁴:

Não há o rigor estabelecido pelo art. 282 do CPC, bastando se coloque, de forma simples e em linguagem acessível, o nome, a qualificação e o endereço das partes (§ 1º, inciso I), os fatos e fundamentos, em forma sucinta (inc. II) e o objeto e seu valor (inc. III).

A qualificação das partes deve ser a mais completa possível, a fim de permitir a correta identificação das mesmas e o regular desenvolvimento do feito.

Frigini⁶⁵ sustenta que não é necessário que a parte indique os fundamentos jurídicos do pedido:

Quando a lei falta em fundamentos, não quer indicar os jurídicos, mas o alicerce fático sobre o qual se funda a pretensão objetivando a tutela jurisdicional, isto é, o motivo pelo qual o autor faz o pedido, v.g., pelo inadimplemento de uma obrigação. Não é preciso a citação de dispositivo legal ou de Lei especial. Ao juiz incube conhecer o direito.

A indicação do objeto e de seu valor é de vital importância, uma vez que o objeto individualiza a demanda e delimita a lide, sobre a qual incidirá os efeitos da decisão, e o valor serve de base para cálculo das custas processuais, não havendo isenção, e do preparo do recurso, bem como para fixar a competência em razão do valor da causa.

O pedido aduzido verbalmente será reduzido a escrito, podendo, para tanto, serem utilizadas o sistema de fichas ou de formulários impressos.

É possível a formulação de pedido genérico nos Juizados Especiais, quando não for possível, desde logo, determinar a extensão da obrigação. É o

⁶³BRASIL. **Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

⁶⁴ FRIGINI, Ronaldo. **Comentários a Lei dos Juizados Especiais Cíveis**. 2ª ed. HJ Mizuno: Leme, 2004. p. 237.

⁶⁵ *Idem, Ibidem*. p. 238.

que estabelece o § 2º, do art. 14, da Lei 9.099/95. Contudo, a sentença sempre será líquida⁶⁶.

Deve-se ter muita cautela ao propor pedido genérico nos Juizados Especiais Cíveis, pois se a competência for em razão do valor da causa, a sentença será nula de pleno direito no que exceder o valor de alçada, conforme estabelece o art. 39 da Lei 9.099/95⁶⁷.

É possível haver a cumulação objetiva e subjetiva de demandas nos Juizados. Ocorre a cumulação objetiva quando há mais de um pedido ou causa de pedir. Quanto a cumulação subjetiva, esta ocorre quando há pluralidade de partes, formando litisconsórcio.⁶⁸

Na hipótese de cumulação objetiva, os pedidos podem ser alternativos ou cumulados. É alternativo quando a parte formula vários pedidos e espera que um deles seja acolhido, de forma sucessiva ou eventual. O cumulado ocorre quando a parte formula vários pedidos e espera que todos sejam atendidos.⁶⁹ Nesta hipótese a soma dos pedidos não poderá ultrapassar o limite de alçada.

É imperioso observar que a cumulação de demandas somente poderá ocorrer no rito sumariíssimo se ele for competente para todas e que os pedidos sejam conexos. Duas ações são conexas quando lhe forem comum o objeto ou a causa de pedir.

3.4 DA SESSÃO DE CONCILIAÇÃO

Registrado o pedido, independente de distribuição e autuação do processo, designar-se-á sessão de conciliação, no prazo de quinze dias. Comparecendo inicialmente ambas as partes, instaurar-se-á a sessão de conciliação, dispensados o registro prévio e a citação.

⁶⁶BRASIL. **Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

⁶⁷*Idem, Ibidem.*

⁶⁸ GONÇALVES, Marcos Vinicius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil**. Vol. 01. 2ª ed. Saraiva: São Paulo, 2005. *Passim*.

⁶⁹*Idem, Ibidem. Passim.*

Na prática, observa-se que o prazo de quinze dias – processual impróprio, nem sempre pode ser observado, haja vista a deficitária estrutura dos Juizados.

A conciliação poderá ser conduzida por juiz togado ou leigo, ou por conciliador sob sua orientação, conforme estabelece o 22, *caput*, da Lei 9.099/95⁷⁰.

Desta forma, a Lei atribui ao juiz leigo os mesmos poderes do juiz togado, quanto a condução da audiência. Todavia, sendo a sessão realizada por conciliador, é obrigatória a presença e a orientação do magistrado.

A figura do conciliador reveste-se de fundamental importância nos Juizados Especiais Cíveis, afinal, a busca incessante solução amigável do litígio é sua finalidade primordial. Veja o que diz o art. 2º da Lei 9.099/95⁷¹: “Art. 2º. O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.”

Para atingir este objetivo, deve o conciliador persuadir as partes de todas as formas possíveis, alertando-as sobre a conveniência da conciliação e sobre os riscos e as consequências do litígio, especialmente em relação à renúncia ao que exceder o limite de alçada.

A propósito, com muita propriedade, argumenta Câmara⁷²:

Aquele que conduzir a conciliação não deve se limitar a perguntar às partes se há possibilidade de acordo, mas buscar mediar esse acordo, apresentando propostas e apontando caminhos possíveis para uma autocomposição, e demonstrando, ainda, as vantagens da autocomposição para a manutenção das boas relações entre as partes.

⁷⁰BRASIL. **Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

⁷¹*Idem, Ibidem.*

⁷²CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais. Uma Abordagem Crítica**. 3ª Ed. *Lumen Juris*: Rio de Janeiro, 2007.p. 102.

Sem dúvida, especialmente quando as partes estão exercendo o *Jus Postulandi*, a melhor alternativa é a busca incessante da conciliação. Estando as partes desacompanhadas de advogado, os riscos do litígio se multiplicam, notadamente por não terem conhecimentos especializados.

Ademais, a composição amigável melhor coaduna com a pacificação social, pondo fim imediato ao litígio e entregando imediatamente o bem da vida tutelado. Desta forma, a busca da conciliação é um dever de todos que atuam nos Juizados, especialmente do Magistrado e do Conciliador.

Por conciliação não se entende apenas a transação, na qual ambas as partes fazem concessões recíprocas, conforme assevera Gonçalves⁷³, discorrendo sobre o art. 331 do Código de Processo Civil:

A conciliação a que alude o art. 331 não está restrita a transação entre as partes, mas ao encontro de uma solução que, desde logo, ponha fim ao processo. Pode consistir na simples desistência da ação, no reconhecimento jurídico do pedido, na renúncia ao direito em que se funda a ação, na transação e até na simples suspensão do processo, para que sejam envidadas novas tentativas de composição.

Não resta dúvida que tal entendimento deve se aplicado aos Juizados Especiais Cíveis. Caso o magistrado ou conciliador note deficiência no direito de qualquer litigante, com efeito, é seu dever tentar convencê-lo a desistir da ação, a reconhecer a procedência do pedido ou a renunciar ao direito em que se funda a ação.

Obtida, a mesma é homologada com força de título executivo judicial. Da sentença homologatória não cabe qualquer recurso. Não havendo conciliação, podem as partes, de comum acordo, optar pelo juízo arbitral, instituído no âmbito dos Juizados.⁷⁴

3.5 DA RESPOSTA DO RÉU

⁷³ GONÇALVES, Marcos Vinicius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil**. Vol. 01. 2ª ed. Saraiva: São Paulo, 2005. p. 415.

⁷⁴ BRASIL. **Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

O réu deverá apresentar sua defesa até a audiência de instrução e julgamento. Este tem sido o entendimento do FONAJE⁷⁵: *“Enunciado 10 - A contestação poderá ser apresentada até a audiência de Instrução e Julgamento”*.

Para o autor, a apresentação da contestação neste momento processual é extremamente prejudicial, uma vez que não soube com antecedência quais fatos tornam-se controversos e como terá que prová-los.

Na prática, na Justiça Rondoniense, inúmeros magistrados têm concedido o prazo de quinze dias da audiência de conciliação para que a parte apresente sua contestação.

Tal medida incrementa o princípio da celeridade e economia processual, uma vez que inúmeras causas não necessitam de dilação probatória, por se tratar de matéria exclusiva de direito ou de direito ou fato provados exclusivamente por documentos, não se realizado, portanto, atos processuais inúteis.

No procedimento sumaríssimo, a resposta do réu, via de regra, compõe-se tão-somente de contestação, uma vez que não é admitida a intervenção de terceiros, a reconvenção e os incidentes processuais, exceto a arguição de suspeição ou impedimento do juiz. Desta forma, a contestação deverá conter, via de regra, toda a matéria de defesa do réu.⁷⁶

Caso o réu, em sua defesa, queira deduzir pretensão contra o autor, no procedimento comum ordinário, deverá propor a reconvenção. A reconvenção, com efeito, é uma nova demanda inserida na mesma relação jurídico-processual.

No entanto, no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, caso o réu queira deduzir pretensão contra o autor, poderá formular pedido contraposto no bojo da própria contestação, desde que obedecido o limite de alçada e fundado nos mesmos fatos objeto da controvérsia. Isto por que, nos Juizados Especiais Cíveis,

⁷⁵BRASIL. **XXI Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE**. Vitória, 30/05/2007 a 02/06/2007. Disponível em <<http://www.fonaje.org.br/2006>>. Acesso em 26/09/2007.

⁷⁶CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais. Uma Abordagem Crítica**. 3ª Ed. *Lumen Juris*. Rio de Janeiro: 2007. *Passim*.

as ações nos têm natureza dúplice, conforme o disposto no art. 31 da Lei 9.099/95.⁷⁷

Havendo pedido contrapostos, a Lei 9.099/95⁷⁸ dispensa a apresentação de contestação formal, a teor do que dispõe o parágrafo único do art. 17.

Contudo, Câmara⁷⁹ aduz que o que não for ventilado no pedido contraposto deve ser alegado em forma de contestação:

Tais demandas contrárias, a rigor, dispensam o oferecimento, por qualquer das partes, de contestação formal (conforme, aliás, reconhece expressamente o parágrafo único do art. 17 da Lei 9.099/95), já que ao afirmar – mantendo-se aqui o mesmo exemplo – que foi o autor que avançou o sinal o réu já está, ainda que implicitamente, negando sua culpa pelo acidente (e vice-versa).

Com razão o eminente mestre. Se a parte não ventilar determinada matéria no pedido contraposto, de modo a contraditá-la, é seu dever apresentar contestação, sob pena de tornar-se incontroverso o pedido do autor naquele ponto específico.

Se a parte estiver impossibilitada de responder o pedido contraposto na própria audiência, a mesma poderá requerer nova data, saindo desde já intimada.

As alegações de incompetência territorial, funcional, material ou de alçada, devem ocorrer como preliminar no bojo da contestação, e não na forma de exceção, uma vez que, sendo acolhidas, o processo será imediatamente extinto, conforme estabelece os incisos II e III do art. 51 da Lei 9.099/95⁸⁰.

⁷⁷BRASIL. **Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

⁷⁸*Idem, Ibidem.*

⁷⁹CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais. Uma Abordagem Crítica**. 3ª Ed. *Lumen Juris*. Rio de Janeiro: 2007. p. 110.

⁸⁰BRASIL. **Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

Aliás, conforme entendimento do FONAJE⁸¹, a incompetência territorial pode até ser reconhecida de ofício: *“Enunciado 89 – A incompetência territorial pode ser reconhecida de ofício do sistema de juizados especiais cíveis (Aprovado no XVI Encontro – Rio de Janeiro/RJ)”*.

Câmara⁸², por sua vez, infere que *“além da contestação, pode o demandado oferecer exceção (de suspeição e de impedimento do juiz), sendo certo que esta modalidade de resposta é regida pelo sistema comum do Código de Processo Civil...”*.

São estas, pois, as únicas formas de defesa que não devem ser alegadas na contestação.

3.6 DA INSTRUÇÃO

Não havendo composição amigável e caso as partes não optem, de comum acordo, pela instituição do juízo arbitral, realiza-se imediatamente a audiência de instrução e julgamento.

Contudo, havendo prejuízo a defesa ou não sendo possível a realização imediata da audiência, deve a solenidade ser designada para um dos quinze dias subseqüentes. Como prejuízo a defesa, podemos entender o fato do réu não ser advertido para apresentar sua defesa, ou para trazer testemunhas. Nestas hipóteses, por medida de justiça, deve-se designar a solenidade para outra data.

Iniciada a instrução, tenta-se novamente conciliar as partes. Não obtendo êxito, o réu deverá produzir sua defesa, em forma de contestação, por escrito ou verbalmente.

Não havendo contestação, tornar-se-ão os fatos incontroversos. Neste sentido, manifesta Câmara⁸³:

⁸¹BRASIL. **XXI Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE**. Vitória, 30/05/2007 a 02/06/2007. Disponível em <<http://www.fonaje.org.br/2006>>. Acesso em 26/09/2007.

⁸² CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais. Uma Abordagem Crítica**. 3ª Ed. *Lumen Juris*: Rio de Janeiro, 2007. p. 110.

⁸³ CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais. Uma Abordagem Crítica**. 3ª Ed. *Lumen Juris*: Rio de Janeiro, 2007. p. 108.

A ausência de oferecimento de contestação implica, evidentemente, revelia do demandado, com todas as conseqüências daí advindas. Verifique-se que é revel o demandado que não oferece contestação, ainda que esteja ele pessoalmente presente à audiência de instrução e julgamento, não obstante seja esta uma hipótese que não se encontre expressamente figurada na lei (que, como se verá adiante, só fala expressamente em revelia para se referir aos casos em que o demandado não comparece a qualquer das audiências do processo, cf., infra, nº 15.2.1).

Para o FONAJE⁸⁴, a revelia somente ocorre se a ausência de contestação for em causas de valores superior a vinte salários mínimos: *“Enunciado 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia.”*

Na audiência, ouve-se sequencialmente o autor, o réu, as testemunhas do autor e as testemunhas do réu, conforme emanam as normas do procedimento comum.

A prova oral não será reduzida a escrito, devendo a sentença se referir, no essencial, aos informes trazidos nos depoimentos. Esta é a regra prevista no art. 36 da Lei 9.099/95.

A propósito, sobre a não redução da prova oral a escrito, Alvim⁸⁵ aduz que *“essa norma vem ao encontro da celeridade, pois o que atrasa a produção da prova testemunhal é a transcrição de depoimentos, mais vai ao encontro ao sistema nos moldes adotados pelos juizados especiais”*.

Contudo, frise-se que os atos processuais não reduzidos a escritos devem ser gravados, em fita magnética ou equivalente.

Nos Juizados Especiais Cíveis, diferentemente do procedimento comum, todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente⁸⁶. É o que dita o art. 32 da Lei 9.099/95. Desta

⁸⁴BRASIL. **XXI Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE**. Vitória, 30/05/2007 a 02/06/2007. Disponível em <<http://www.fonaje.org.br/2006>>. Acesso em 26/09/2007.

⁸⁵ALVIM, J. E. Carreira. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais: Lei 9.009/95**. 3ª ed. Juruá. Curitiba: 2006. p. 118.

⁸⁶BRASIL. **Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne

forma, são produzidas nesta oportunidade a prova documental, testemunhal, pericial e a inspeção judicial, ainda que não solicitadas com antecedência.

São admissíveis nos Juizados Especiais Cíveis a perícia informal e a inspeção judicial. Porém, neste sistema processual, estas modalidades de provas são dotadas de algumas peculiaridades. A perícia informal, com efeito, se dá com a oitiva de técnicos da confiança do magistrado, inexistindo laudo técnico. Quanto a inspeção judicial, a mesma poderá ser feita por pessoa de confiança do Juiz, que lhe relatará informalmente o verificado, conforme o art. 35 da Lei 9.099/95⁸⁷:

Art. 35. Quando a prova do fato exigir, o Juiz poderá inquirir técnicos de sua confiança, permitidas às partes a apresentação de parecer técnico. Parágrafo único. No curso da audiência, poderá o Juiz, de ofício ou a requerimento das partes, realizar inspeção em pessoas ou coisas, ou determinar que o faça pessoa de sua confiança, que lhe relatará informalmente o verificado.

Na audiência, deverá ser decidido de plano qualquer incidente que obste seu prosseguimento. Havendo juntada de documento, manifestar-se-á imediatamente em seguida a parte contrária.

3.7 DA SENTENÇA

Finda a instrução processual, deve o juiz imediatamente proferir sua sentença, sob pena de ofensa do princípio da oralidade. Isto ocorre por que nos Juizados a prova oral não é reduzida a escrito, como visto anteriormente. Assim sendo, deve o juiz que presidir a instrução proferir a sentença. Com muita propriedade, argumenta Câmara⁸⁸:

De nada adiantaria concentrar os atos processuais em audiência e estabelecer um contato imediato entre o juiz e as fontes de prova oral se não houvesse vinculação do juiz ao processo. Assim sendo, o juiz que colher a prova oral no processo que tramita perante os Juizados Especiais Cíveis fica vinculado ao processo para o fim de proferir sentença.

Neste momento, estará o magistrado mais apto a proferir sua decisão, dado a imediatidade das provas produzidas. Ademais, caso deixe para proferi-la

Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

⁸⁷ *Idem*, *Ibidem*.

⁸⁸ CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais. Uma Abordagem Crítica**. 3ª Ed. *Lumen Juris*: Rio de Janeiro, 2007. p. 16.

em momento posterior, corre o risco de outro juiz vir a fazê-la, o que é incompatível com a não redução a escrito da prova nos Juizados Especiais Cíveis.

Na valoração das provas, tem o magistrado liberdade para dar valor especial às regras de experiência comum ou técnica, conforme dispõe o art. 6º da Lei 9.099/95. A propósito, sobre o conceito de regras de experiência comum ou técnica, veja o que diz Câmara⁸⁹:

Regras de experiência comum são aquelas que, conforme estabelece o art. 335 do CPC, decorrer da observação do que ordinariamente acontece. Trata-se, pois, do id quod plerumque accidit. Cabe, pois, ao juiz aplicar, no exame dos fatos da causa, aquele conhecimento que toda pessoa pode ter, em razão do conhecimento que tem do modo como normalmente se passam as coisas...

Assim como o juiz possui uma experiência comum, tem ele também experiência técnica. Trata-se, aqui, daquele conhecimento técnico-científico que qualquer pessoa pode ter, e que independe de maior aprofundamento teórico.

Nos termos do art. 5º da Lei de Introdução ao Código Civil⁹⁰, na aplicação da Lei, o magistrado deverá atender os fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum. Porém, no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, esta proposição é mais abrangente, uma vez que o art. 6º da Lei 9.099/95⁹¹ repete a disposição da Lei de Introdução ao Código Civil e estabelece que o magistrado adotará a decisão que reputar mais justa e equânime.

Contudo, deve ser ressaltado que a palavra equânime não significa equidade. Desta forma, não pode o magistrado decidir por equidade nos Juizados, uma vez que esta hipótese somente será possível com expressa previsão legislativa e a Lei 9.099/95 não fez isso.

⁸⁹ *Idem, Ibidem.* p. 52.

⁹⁰ BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.657 de 04 de setembro de 1942.** Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

⁹¹ BRASIL. **Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995.** Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

Diferenciado os dois termos, Câmara⁹² aduz que “*equidade é a autorização para que se dá ao magistrado para que decida a causa, de fato, da forma que lhe pareça mais justa, mesmo que contrarie às normas jurídicas vigentes.*”

E equânime, por outro lado, tem o significado de “*imparcial, moderado e ponderado.*”

Obstante, outros argumentos levam a conclusão de que não há decisão por equidade nos Juizados Especiais Cíveis.

Primeiramente, deve-se observar que o art. 6º da Lei 9.099/95⁹³ é categórico ao afirmar que o juiz deverá atentar aos fins sociais da Lei. Desta forma, se deve atentar aos fins sociais da Lei, não pode, portanto, decidir por equidade.

Ademais, o art. 25 da Lei 9.099/95⁹⁴ determina que o árbitro conduzirá o processo com os mesmos critérios do juiz, na forma dos arts. 5º e 6º do mesmo diploma, podendo decidir por equidade.

Ou seja, se o art. 6º da Lei dos Juizados autorizasse o magistrado a decidir por equidade não faria sentido que o art. 25 repetisse a mesma disposição, uma vez que confere ao árbitro os mesmos poderes do juiz.

A sentença no procedimento dos Juizados Especiais Cíveis é mais compacta que no procedimento comum. Dispõe o art. 38, *caput*, da Lei 9.099/95 que nela deve o magistrado mencionar seus elementos de convicção, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência.

Alvim⁹⁵ defende a Lei dos Juizados ao dispensar o relatório do processo:

⁹² CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais. Uma Abordagem Crítica.** 3ª Ed. *Lumen Juris*: Rio de Janeiro, 2007.p. 54.

⁹³ BRASIL. **Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995.** Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

⁹⁴ *Idem, Ibidem.*

⁹⁵ ALVIM, J. E. Carreira. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais: Lei 9.009/95.** 3ª ed. Juruá: Curitiba, 2006. p. 121.

A dispensa do relatório não traz maiores problemas, servindo para simplificar a sentença, desde que as partes sejam identificadas no preâmbulo, e seja identificada nos fundamentos, com clareza, a lide submetida à decisão judicial, com identificação do pedido do autor, da defesa do réu, inclusive o pedido contraposto, quando houver, a fim de ensejar eventual recurso ordinário, se for o caso. Aliás, o relatório tem por finalidade demonstrar que o juiz leu realmente os autos.

Contudo, esclarece que embora dispensado o relatório, a sentença deverá ser fundamentada, por exigência, inclusive, do art. 93, IX, da Constituição Federal⁹⁶:

Toda decisão, e assim a sentença, deve ser fundamentada, não só em razão da exigência contida no art. 93, IX, da Constituição, mas também do disposto no art. 458, II, pelo que, o art. 38, caput, determina que a sentença mencionará os elementos de convicção, o que significa que deve conter os fundamentos e o dispositivo. Se faltarem os fundamentos, será fruto do puro arbítrio, que é a negação do direito, e se falta a parte dispositivo, o litígio não terá sido julgado.

Desta forma, para que uma decisão seja justa, necessário se faz que o juiz não só profira sua decisão, como também exponha os motivos de fato e de direito que formaram sua convicção, para que se possam, inclusive, rediscuti-los em 2º grau de jurisdição.

Este é o princípio do livre convencimento motivado, pelo qual pode o juiz determinar e apreciar livremente as provas produzidas devendo, no entanto, fundamentar sua decisão.

Obviamente, só se pode atacar a parte dispositiva da sentença alegando que o magistrado se motivou em razões inexistentes ou equivocadas, sendo necessário, para tanto, que o mesmo as declare no processo.

Cumpridas estas etapas estará o magistrado apto a proferir sua decisão.

No rito sumaríssimo, embora se admita a formulação de pedido genérico é vedada à prolação sentença ilíquida. Por outro lado, o art. 39 da Lei 9.099/95⁹⁷ dispõe que a sentença será nula de pleno direito no que exceder o limite de

⁹⁶*Idem, Ibidem. p.122.*

⁹⁷BRASIL. **Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995.** Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

alçada. Desta forma, mostra necessário mais cautela ao formular pedido genérico nos Juizados, sob pena de não se obter a tutela pleiteada.

Contudo, entende a doutrina e a jurisprudência que o limite de alçada não se aplica às causas previstas nos incisos II e III do art. 3º da Lei 9.099/95, conforme o Enunciado 58 do FONAJE⁹⁸: “*Substitui o enunciado 2 – As causas cíveis enumeradas no art. 275, II, do CPC admitem condenação superior a 40 salários mínimos e sua respectiva execução, no próprio juizado*”.

As partes podem optar, de comum acordo, pela instituição de Juízo Arbitral existente no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis. Nesta hipótese, com efeito, deverão escolher um Juiz Leigo de sua confiança entre os existentes no quadro dos Juizados, o qual deverá conduzir a audiência e, ao final, proferir sua decisão, que não terá a natureza de sentença e deverá ser submetida à homologação do Juiz Togado, conforme preleciona Câmara⁹⁹:

O art. 40 da Lei 9.099/95, porém, estabelece que o juiz leigo que tiver dirigido a instrução proferirá a sua decisão e imediatamente a submeterá ao juiz togado, que poderá homologá-la, proferir outra em substituição ou, antes de se manifestar, determinar a realização de atos probatórios indispensáveis. Pode esse artigo gerar ao interprete a falsa idéia de que o juiz leigo poderia proferir sentença, uma vez que fala o seu texto que ele proferirá a sua decisão. Assim, porém, não é. Ao juiz de direito (togado, como diz a lei) cabe proferir sentença. O juiz leigo que preside a instrução probatória pode, apenas, proferir o que prefiro denominar projeto de sentença. Assim sendo, quando o juiz togado homologa o projeto de sentença do juiz leigo ter-se-á uma sentença (ato do juiz togado) cujo conteúdo é o projeto de sentença (ato do juiz leigo). A sentença, porém, terá de ser proferida pelo juiz togado, e é o ato deste que exerce, no processo, a função processual que à sentença cabe.

Portanto, nesta hipótese a sentença não é a decisão do Juiz Leigo, mas sim a homologação do Juiz Togado. Frise-se ainda que a mesma é irrecurável, conforme o disposto no art. 26 da Lei 9.099/95¹⁰⁰.

3.8 DOS RECURSOS

⁹⁸BRASIL. **XXI Fórum Nacional Dos Juizados Especiais – FONAJE**. Vitória, 30/05/2007 a 02/06/2007. Disponível em <<http://www.fonaje.org.br/2006>>. Acesso em 26/09/2007.

⁹⁹CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais. Uma Abordagem Crítica**. 3ª Ed. *Lumen Juris*: Rio de Janeiro: 2007. p. 128.

¹⁰⁰BRASIL. **Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

O sistema de impugnação das decisões nos Juizados Especiais é mais pacato que no procedimento comum. No procedimento comum, existem inúmeros recursos, o que, conseqüentemente, pode retardar a entrega da prestação jurisdicional.

Assim sendo, o legislador estabeleceu expressamente tão-somente dois recursos no rito sumariíssimo: o denominado, denominado simplesmente de recurso, e os embargos de declaração.

Contudo, conforme ressalta Alvim¹⁰¹ existem dúvidas acerca da natureza jurídica dos Embargos de Declaração:

Muito discutida, tem sido a natureza jurídica dos embargos de declaração, alguns entendendo que se trata de verdadeiro recurso, e outros, que não passa de uma medida de integração da sentença ou do acórdão, esclarecendo obscuridade, desfazendo contradição ou suprimindo omissão.

Desta forma, se considerarmos que os embargos de declaração não é recurso, pode-se dizer que a Lei 9.099/95 estabeleceu apenas um recurso, qual seja o denominado.

Estabelece o art. 42 da Lei 9.099/95 que o recurso denominado será interposto no prazo de dez dias da ciência da decisão e julgado por uma turma de três juízes togados em exercício no primeiro grau de jurisdição¹⁰². Frise-se, porém, que as sentenças homologatórias de conciliação ou de laudo arbitral são irrecorríveis. Este recurso, com efeito, tem as mesmas características do recurso de apelação.

Nesta fase encerra a possibilidade do *Jus Postulandi*, devendo as partes obrigatoriamente ser representadas por advogado. Pondera Alvim¹⁰³ que exigir advogado em grau de recurso é impingir a parte o ônus de arcar com as conseqüências de uma decisão injusta.

¹⁰¹ALVIM, J. E. Carreira. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais: Lei 9.009/95**. 3ª ed. Juruá: Curitiba, 2006. p. 133.

¹⁰²BRASIL. **Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

¹⁰³ALVIM, J. E. Carreira. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais: Lei 9.009/95**. 3ª ed. Juruá: Curitiba, 2006. p. 127.

Todavia, deve ser levando em conta que o recurso é uma peça de natureza eminentemente técnica, razão pela qual se mostra necessário que o mesmo seja elaborado por profissional habilitado.

Se a prova oral não tiver sido reduzida a escrito poderá o recorrente pedir a degravação da fita magnética utilizada na audiência de instrução e julgamento, correndo as despesas por sua conta.

O preparo do recurso, que conterà todas as despesas dispensadas em 1º grau de jurisdição, deverá ser feito nas quarenta e oito horas seguintes a interposição, sob pena de deserção. Nota-se aqui que caso o preparo não seja feito integralmente nas quarenta e oito horas seguintes a interposição do recurso será o mesmo julgado deserto, não falando a lei, portanto, em complemento, como tem sido o posicionamento do FONAJE¹⁰⁴:

Enunciado 80 – O recurso Inominado será julgado deserto quando não houver o recolhimento integral do preparo e sua respectiva comprovação pela parte, no prazo de 48 horas, não admitida a complementação intempestiva (art. 42, § 1º, da Lei 9.099/1995). (Aprovado no XI Encontro, em Brasília-DF – Alteração aprovada no XII Encontro – Maceió-AL).

Estando o recurso tempestivo e o preparo correto, a secretaria do Juizado intimará o recorrido para apresentar sua resposta, no prazo de dez dias.

A doutrina e jurisprudência se divergem no tocante a admissibilidade de recurso adesivo em sede dos Juizados Especiais Cíveis. Recurso adesivo, com efeito, é aquele interposto pela parte que não recorreu da decisão, quando lhe for concedida à oportunidade de ofertar suas contra-razões.

Desta forma, havendo sucumbência recíproca, pode a parte apresentar oferecer recurso junto com as contra-razões, pedindo também modificação da sentença. Frise-se que o recurso adesivo adere ao recurso principal da parte ficando, contudo, sua admissibilidade sujeita ao conhecimento deste.

¹⁰⁴BRASIL. **XXI Fórum Nacional Dos Juizados Especiais – FONAJE**. Vitória, 30/05/2007 a 02/06/2007. Disponível em <<http://www.fonaje.org.br/2006>>. Acesso em 26/09/2007.

Frigini¹⁰⁵ sustenta que é perfeitamente cabível recurso adesivo em sede de Juizados:

A sua admissibilidade não ofende o sistema do Juizado, nem mesmo a celeridade processual pois a parte que adere ao recurso da outra, também tem, individualmente, direito a recorrer da sentença. Deste modo, não haverá prejuízo para os litigantes. Proibir o recurso adesivo seria negar vigência ao princípio recursal contemporâneo, isto porque, se o autor vencido em parte não pretendeu ele próprio recorrer para solucionar mais rapidamente o litígio, pode aproveitar o recurso da parte contrária.

Contudo, esta não tem sido a orientação do FONAJE¹⁰⁶, nos termos do enunciado 88: “*Não cabe recurso adesivo em sede de Juizado Especial, por falta de expressa previsão legal (Aprovado no XV Encontro – Florianópolis/SC).*”

Ao magistrado de 1º grau incube examinar os pressupostos de admissibilidade do recurso. Estando regular, o feito será remetido a turma recursal, para julgamento.

Via de regra, o recurso é recebido no efeito devolutivo. Contudo, deve-se atribuir efeito devolutivo e suspensivo ao recurso para evitar dano irreparável a parte, conforme determina o art. 43 da Lei 9.099/95¹⁰⁷.

Quando o recurso é recebido somente no efeito devolutivo, o apelo somente devolve a matéria para exame da Turma Recursal. Desta forma, o recurso não tem o condão de suspender a eficácia da sentença, que pode ser executada provisoriamente.

Todavia, quando é recebido no efeito devolutivo e suspensivo, além de devolver a demanda para análise da Turma Recursal o recurso também tem o condão de suspender a eficácia da sentença.

¹⁰⁵ FRIGINI, Ronaldo. **Comentários a Lei dos Juizados Especiais Cíveis**. 2ª ed. HJ Mizuno: Leme, 2004. p. 435.

¹⁰⁶ BRASIL. **XXI Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE**. Vitória, 30/05/2007 a 02/06/2007. Disponível em <<http://www.fonaje.org.br/2006>>. Acesso em 02/10/2007.

¹⁰⁷ BRASIL. **Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

Para Câmara é necessário também à presença da fumaça do bom direito para conceder efeito suspensivo ao recurso, não bastando à presença do perigo da demora¹⁰⁸:

Em outros termos, para que se atribua efeito suspensivo à apelação, a meu sentir, é preciso não só que a imediata produção dos efeitos da sentença possa gerar a parte dano irreparável (ou mesmo de difícil reparação, que ao irreparável deve ser equiparado), mais é preciso também que seja provável que o apelante tenha razão. Admitir-se a concessão do efeito suspensivo ao recurso, em medida que tem nítido caráter cautelar, quando falta fumus boni iuris, implica contrariar a regra de ouro das tutelas jurisdicionais sumárias: proteger o provável em detrimento do improvável.

As partes serão intimadas da data da sessão de julgamento do recurso, a partir de quando fluirá o prazo para a interposição de novo recurso. É o que dispõe o enunciado 85 do FONAJE¹⁰⁹: “O Prazo para recorrer da decisão de Turma Recursal fluirá da data do julgamento. (Aprovado no XIV Encontro – São Luis/MA).”

Havendo na sentença ou acórdão obscuridade, contradição, omissão ou dúvida, é admissível a interposição de embargos de declaração. Os erros materiais, todavia, poderão ser corrigidos de ofício, não se considerando motivo para interposição dos embargos.

Sustenta Câmara¹¹⁰ que a dúvida não é motivo para a interposição de embargos de declaração:

A referência, no texto do art. 48, à dúvida como fundamento a interposição dos embargos de declaração é absolutamente incompreensível. Constante do texto original do Código de Processo Civil, mas sempre combatida pela doutrina, a dúvida não pode ser fundamento do cabimento dos embargos de declaração pela simples razão de ser um estado subjetivo. A dúvida, portanto, não é um vício em si mesma, mas um estado de espírito determinado pelo fato de ter o intérprete da decisão se deparado com um provimento judicial obscuro, contraditório ou omissivo.

¹⁰⁸ CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais. Uma Abordagem Crítica**. 3ª Ed. *Lumen Juris*: Rio de Janeiro, 2007. p. 147.

¹⁰⁹ BRASIL. **XXI Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE**. Vitória, 30/05/2007 a 02/06/2007. Disponível em <<http://www.fonaje.org.br/2006>>. Acesso em 02/10/2007.

¹¹⁰ CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais. Uma Abordagem Crítica**. 3ª Ed. *Lumen Juris*: Rio de Janeiro, 2007. p. 150.

Ademais, a lei 8.950/94 retirou expressamente do texto do Código de Processo Civil a dúvida como motivo para interposição de embargos de declaração, o que, todavia, não foi observado pelo Estatuto dos Juizados Especiais.

Interpostos contras sentenças, os embargos de declaração suspendem o prazo para recurso, conforme estabelece o art. 50 da Lei 9.099/95¹¹¹. Desta forma, reinicia-se a contagem do prazo com a intimação das partes do inteiro teor da decisão, excluindo-se os dias transcorridos até a sua interposição.

Em relação aos Embargos de Declaração interpostos contra acórdão, segundo Câmara¹¹² o prazo é interrompido, e não suspenso:

Deste modo, e por coerência com o que vem sendo sustentado aqui ao longo deste trabalho, outra solução não há, a não ser concluir no sentido de que a norma contida no art. 50 da Lei 9.099/95 é uma exceção ao sistema do Código de Processo Civil e, por conta disso, deve ser interpretada restritivamente, como soem ser interpretadas as normas excepcionais. Dessa forma, deve-se considerar que, enquanto a interposição de embargos de declaração contra as sentenças suspende o prazo para a interposição da apelação, a interposição desse mesmo recurso contra acórdão interrompe o prazo para a interposição de recurso extraordinário.

No entanto, o mesmo doutrinador aduz que a questão não é pacífica, pelo que recomenda a utilização do menor prazo.

Estes são os recursos que a Lei 9.099/95 prevê expressamente. Contudo, embora não previstos expressamente são cabíveis nos Juizados Especiais Cíveis o de agravo de instrumento, o mandado de segurança, como sucedâneo de recurso, e o recurso extraordinário. Por outro lado, não é possível a interposição de recurso especial e de embargos infringentes.

O Agravo de Instrumento, segundo Frigini¹¹³, é plenamente admissível a em sede dos Juizados Especiais Cíveis:

¹¹¹BRASIL. **Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

¹¹² CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais. Uma Abordagem Crítica**. 3ª Ed. *Lumen Juris*: Rio de Janeiro, 2007. p. 153.

¹¹³FRIGINI, Ronaldo. **Comentários a Lei dos Juizados Especiais Cíveis**. 2ª ed. HJ Mizuno: Leme, 2004. p. 430.

Ora, se assim é, verificando-se que o processo passou a ter um encaminhamento moroso, com a superveniência de decisão interlocutória (quando for o caso de adotá-la) não é possível obstar o processamento desse recurso, sob pena de ofender não só a ampla defesa e o duplo grau de jurisdição mais igualmente outro princípio constitucional, qual seja o do art. 5º, inciso XXXV, da CF, no sentido de que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. A impossibilidade de agravo, então, só teria sentido para aquelas interlocutórias proferidas no curso da audiência, como corolário do princípio da concentração dos atos processuais.

Câmara¹¹⁴, por sua vez, entende que somente é cabível o recurso de agravo de instrumento contra as decisões que defere ou indefere medidas de urgências, por aplicação análoga do art. 4º e 5º da Lei 10.259/01 – Lei do Juizado Especial Federal. Não sendo esta hipótese, não se admite o agravo.

Contudo, o FONAJE¹¹⁵ dispôs no enunciado 15 que não é cabível o recurso de agravo nos Juizados Especiais, exceto nas hipóteses dos artigos 544 e 557 do CPC: *“Enunciado 15 – Nos Juizados Especiais não é cabível o recurso de agravo, exceto nas hipóteses do art. 554 e 557 do Código de Processo Civil.”*

A decisão do FONAJE tente a prevalecer, notadamente pelo fato de se tratar de um Fórum onde se tenta unificar os procedimentos dos Juizados Especiais Cíveis em todo Brasil.

O art. 544 do Código de Processo Civil trata da interposição do instrumento na inadmissibilidade de recurso especial ou extraordinário. O art. 557 trata da interposição de agravo quando o relator do recurso especial ou extraordinário negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior¹¹⁶.

¹¹⁴CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais. Uma Abordagem Crítica**. 3ª Ed. *Lumen Juris*: Rio de Janeiro, 2007. p. 156.

¹¹⁵BRASIL. **XXI Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE**. Vitória, 30/05/2007 a 02/06/2007. Disponível em <<http://www.fonaje.org.br/2006>>. Acesso em 02/10/2007.

¹¹⁶BRASIL. **Código de Processo Civil**. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

Portanto, considerando a inadmissibilidade de agravo de instrumento em sede dos Juizados Especiais Cíveis, as decisões interlocutórias são, em tese, irrecorríveis.

Todavia, tem se admitido à utilização de mandado de segurança como sucedâneo de recurso contra as decisões interlocutórias desde que exista violação a direito líquido e certo, conforme argumenta Câmara¹¹⁷:

Ocorre que, como visto, não se admite agravo contra as decisões interlocutórias proferidas nos Juizados Especiais Cíveis, ressalvada apenas a hipótese de agravo contra a decisão que defere ou indefere medida de urgência, cautelar ou antecipatória (cf. Supra, nº 19.1.4). Sendo assim, o mandado de segurança não acaba por ser usado, nesse microsistema processual, como sucedâneo do agravo de instrumento.

Não se pode negar que o direito das partes se sobreponha aos princípios da oralidade e celeridade, notadamente pelo fato que o *mandamus* é uma demanda autônoma de impugnação, que não prejudica o desfecho do processo principal.

Ademais, muitas tem sido as decisões negando ou concedendo liminares nos Juizados Especiais Cíveis, as quais possuem caráter de extrema urgência, razão pela qual a irrecurribilidade das decisões interlocutórias não deveria operar de forma absoluta.

Por sua vez, a competência para o processo e julgamento do mandado de segurança é da Turma Recursal. Eis o enunciado do FONAJE¹¹⁸: “*Enunciado 62 - Cabe exclusivamente às Turmas Recursais conhecer e julgar o mandado de segurança e o habeas corpus impetrados em face de atos judiciais oriundos dos Juizados Especiais.*”

O Recurso Extraordinário é cabível contra acórdãos proferidos pela Turma Recursal. A admissibilidade do mesmo decorre do fato de a Constituição Federal exigir que o mesmo seja interposto contra decisões de única ou última instância e

¹¹⁷CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais. Uma Abordagem Crítica**. 3ª Ed. *Lumen Juris*: Rio de Janeiro, 2007. p. 164.

¹¹⁸BRASIL. **XXI Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE**. Vitória, 30/05/2007 a 02/06/2007. Disponível em <<http://www.fonaje.org.br/2006>>. Acesso em 02/10/2007.

a Turma Recursal é a última instância dos Juizados Especiais Cíveis, como argumenta Frigini¹¹⁹:

De qualquer modo, é demasiado impedir a parte de interpor recurso extraordinário junto ao STF, por não haver disposição permissiva a respeito, ou por eventual ofensa ao princípio da celeridade. É que sobreleva inegavelmente o preceito constitucional da ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes (item LV, art. 5º, CR). Além disso, considerou o STF que o texto constitucional contenta-se com decisões de única ou última instância, não mais exigindo que sejam de tribunal.

Dispõe o inciso III, do art. 102, da Constituição da República¹²⁰, que é cabível recurso extraordinário quando a decisão recorrida, em última ou única instância: a) contrariar dispositivo constitucional; b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal; c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da constituição; e d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

Por sua vez, não se admitem nos Juizados Especiais Cíveis o recurso especial e os embargos infringentes.

O art. 105, inciso III, da Constituição da República de 1988¹²¹ somente admite a possibilidade do recurso especial contra as decisões proferidas em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estado, do Distrito Federal ou Territórios.

Desta forma, como a Turma Recursal não é tribunal não há como interpor Recurso Especial, posicionamento este já sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça¹²²: “*Súmula 203 – Não cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais*”.

¹¹⁹FRIGINI, Ronaldo. **Comentários a Lei dos Juizados Especiais Cíveis**. 2ª ed. HJ Mizuno: Leme, 2004. p. 440.

¹²⁰BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

¹²¹*Idem, Ibidem*.

¹²²BRASIL. **Súmulas do Superior Tribunal de Justiça**. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

Os Embargos Infringentes que são cabíveis quando não for unânime o julgamento, não o são nos Juizados Especiais Cíveis, por que contraria o princípio da celeridade, como ensina Ronaldo Frigini¹²³:

Por falta de disposição legal nesse sentido, ou a possibilidade de adequá-lo, é absolutamente incabível esse espécie em pequenas causas, mesmo porque, sendo incabível a declaração de voto (item 89 do Provimento nº 803/03), não haverá como o recorrente deduzir os pontos da divergência. Aliás, item 72 do mesmo provimento é categórico: são incabíveis embargos infringentes.

Ademais, os mesmos teriam o condão de procrastinar o feito, o que não coaduna com os princípios da economia processual e celeridade.

Portanto, recomenda-se à parte que tenha atenção especial ao postular nos Juizados Especiais Cíveis, dada as limitações do sistema de impugnação das decisões judiciais.

2.10 DA EXECUÇÃO

Os Juizados Especiais Cíveis são competentes para executar suas decisões e os títulos extrajudiciais de valor até 40 (quarenta) salários mínimos.

Note-se que o processo de conhecimento e o de execução já era unificado nos Juizados Especiais Cíveis mesmo antes da vigência das Leis nº. 10.444/2002 e nº. 11.232/2005, que unificou, no procedimento comum, o processo de conhecimento e o de execução.

A execução se processa nos Juizados da mesma forma que no procedimento comum, salvo algumas peculiaridades trazidas pelos arts. 52 e 53 da Lei 9.099/95¹²⁴.

Na execução de título judicial por quantia certa, tão logo ocorra o trânsito em julgado da sentença, o vencido será intimado para cumpri-la voluntariamente,

¹²³FRIGINI, Ronaldo. **Comentários a Lei dos Juizados Especiais Cíveis**. 2ª ed. HJ Mizuno: Leme, 2004. p. 441.

¹²⁴BRASIL. **Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

nos termos do art. 475-J, do Código de Processo Civil. Sobre a vigência deste dispositivo, o FONAJE¹²⁵ editou o enunciado 97: “O artigo 475, “j” do CPC – Lei 11.323/2005 – aplica-se aos Juizados Especiais, ainda que o valor da multa somado ao da execução ultrapasse o valor de 40 salários mínimos (aprovado no XIX Encontro – Aracaju/SE).”

O cumprimento de sentença, por sua vez, inicia-se mediante requerimento do exeqüente, dispensada nova citação.

É imperioso observar que nos Juizados Especiais Cíveis não se aplica o disposto no art. 475-B, do Código de Processo Civil, sendo que os cálculos de conversão de índices, de honorários, de juros e de outras parcelas será realizado por servidor especialmente designado. Contudo, enaltece Câmara¹²⁶ que tal disposição não se aplica quando a parte tiver assistida por advogado:

É importante notar que esta última disposição, contida no art. 52, II, só se aplica quando o demandante não esteja assistido por advogado, não havendo qualquer razão para a incidência dessa norma quando haja profissional habilitado patrocinado os interesses do exeqüente, caso em que o sistema processual comum deve ser aplicado, até mesmo para que não se atrase a execução (princípio da celeridade – art. 2º da Lei nº 9.099/95), bem como para que não se tenha as Secretarias dos Juizados assoberbadas por um trabalho que outros poderiam realizar com eficiência.

As execuções da obrigação de entregar, de fazer e não fazer seguem o rito dos arts. 621, 632 e 642 do Código de Processo Civil, com algumas peculiaridades.

Quanto à obrigação de dar, dispõe o inciso V, do art. 52, da Lei 9.099/95 que o juiz, de ofício, cominará multa diária pelo inadimplemento da obrigação de acordo com as possibilidades econômicas do devedor. Caso não seja cumprida a obrigação o credor poderá requerer a elevação da multa ou a transformação da condenação em perdas e danos, que o Juiz de imediato arbitrar, seguindo-se a execução por quantia certa, incluída a multa vencida da obrigação de dar, quando evidenciada a malícia do devedor na execução do julgado.

¹²⁵BRASIL. XXI Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE. Vitória, 30/05/2007 a 02/06/2007. Disponível em <<http://www.fonaje.org.br/2006>>. Acesso em 02/10/2007.

¹²⁶ CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais. Uma Abordagem Crítica**. 3ª Ed. *Lumen Juris*: Rio de Janeiro, 2007. p. 183.

Nas execuções das obrigações de fazer e desfazer há circunstância peculiar em relação ao procedimento comum. Caso o devedor não cumpra a sentença o juiz poderá determinar que terceiro, independente de licitação, preste a obrigação à custa do devedor, que deverá depositar em juízo o valor necessário.

A Lei 9.099/95 não fala em audiência pós penhora, em se tratando cumprimento de sentença. Desta forma, aplica-se subsidiariamente o art. § 1º do art. 475-J do Código de Processo Civil, conforme determina o FONAJE¹²⁷ no enunciado 104: *“Na execução por título judicial o prazo para oferecimento de embargos será de quinze dias e fluirá da intimação da penhora, sendo o recurso cabível o denominado (aprovado no XIX Encontro – Aracaju/SE)”*.

As execuções de título extrajudiciais obedecerão o rito do Código de Processo Civil, com as modificações do art. 53 da Lei 9.099/95. Porém, todas as modificações do art. 53 da Lei 9.099/95 referem-se unicamente a execução por quantia certa contra devedor solvente, como bem ressalta Câmara¹²⁸:

Todas as modificações previstas no art. 53 dizem respeito à execução por quantia certa contra devedor solvente, o que significa dizer que a execução para entrega de coisa diversa de dinheiro se faz, nos Juizados Especiais Cíveis estaduais, na forma prevista nos arts. 621 a 631 do Código de Processo Civil, enquanto a execução das obrigações de fazer e de não fazer se faz segundo o modelo estabelecido pelos arts. 632 a 645 do mesmo Código, sem qualquer modificação.

Na execução de título extrajudicial por quantia certa o devedor será citado para efetuar o pagamento se seu débito, no prazo de três dias, sob pena de penhora. Não havendo pagamento, serão penhorados tantos bens quantos necessários a garantia da execução.

Feita a penhora, as partes serão intimadas para comparecerem em audiência pós penhora, oportunidade em que o executado poderá opor embargos, por escrito ou verbalmente.

¹²⁷BRASIL. XXI Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE. Vitória, 30/05/2007 a 02/06/2007. Disponível em <<http://www.fonaje.org.br/2006>>. Acesso em 02/10/2007.

¹²⁸CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais. Uma Abordagem Crítica**. 3ª Ed. *Lumen Juris*: Rio de Janeiro, 2007. p. 185.

Na audiência é buscado o meio mais rápido e eficaz da solução do litígio, se possível, com a dispensa da alienação judicial, devendo ser proposta, dentre outras medidas cabíveis, o pagamento do débito a prazo ou a prestação, a dação em pagamento ou a imediata adjudicação do bem penhorado, conforme estabelece o § 2º, do art. 53, da Lei 9.099/95¹²⁹.

Não havendo embargos ou sendo os mesmos julgados improcedentes, dispõe a Lei que a parte poderá pedir de imediato a adoção destas medidas.

Frigini¹³⁰ adverte que a dação em pagamento e a imediata adjudicação do bem penhorado somente poderão ser levadas a cabo após cuidados especiais:

A maior inovação, contudo, está no § 2º, pois o juiz ou o conciliador, na busca do meio mais rápido e eficaz para a solução do litígio, se possível até com a dispensa de alienação judicial, deverá propor: a) o pagamento do débito a prazo (em uma única vez) ou o prestação; b) a dação em pagamento; e c) a imediata adjudicação do bem penhorado. As hipóteses previstas nas alíneas “b” e “c” só serão utilizadas depois de tomados alguns cuidados especiais, como por exemplo, buscar saber se o devedor possui outras execuções ou penhoras, bem como a anterioridade delas, para não correr o risco de ver frustrada a providência terminativa do processo, inclusive a alegação de fraude a execução.

Com efeito, estas medidas tem que ser levadas a cabo em qualquer processo de execução, razão pela qual mostra-se conveniente que se junte a toda execução folha de antecedentes civis, a fim de verificar eventuais constrições sobre o patrimônio do devedor.

¹²⁹BRASIL. **Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

¹³⁰ FRIGINI, Ronaldo. **Comentários a Lei dos Juizados Especiais Cíveis**. 2ª ed. HJ Mizuno: Leme, 2004. p. 529.

4 DA EFETIVIDADE DE ACESSO À JUSTIÇA

Neste trabalho abordou-se os institutos do *Jus Postulandi* e dos Juizados Especiais Cíveis. Neste diapasão, concluí-se que ambos os institutos são de vital importância para a sociedade uma vez que, de fato, incrementam a efetividade de acesso à justiça.

A efetividade de acesso à justiça é primado constitucional e está prevista no art. 5º, inciso XXXV, do Constituição Federal. Dispõe referido inciso que a Lei não excluirá lesão ou ameaça a direito da apreciação do Poder Judiciário¹³¹.

Para garantir a efetividade de acesso à justiça inúmeras vezes o legislador teve que se ater às dificuldades que poderiam ser enfrentadas pelas partes, dentre as quais, evidentemente, a impossibilidade de contratar advogado.

¹³¹BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

Assim, o fez ao criar o benefício da justiça gratuita e da assistência judiciária (inciso LXXIV, art. 5º, CF), da inversão do ônus da prova, em benefício do consumidor hipossuficiente (inciso VIII, art. 6º, Lei 8078/90) e dos Juizados Especiais (art. 24, X, e 98, I, CF), por exemplo.

Por outro lado, o inciso LV, do art. 5º, da Constituição Federal dispôs que é assegurado aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. Sobre estes princípios, Carlos Eduardo Ferras de Matos Barroso discorre que¹³²:

Não se concebe um processo justo sem que tenham as partes acesso a todos os meios legais, processuais e materiais, criados para a demonstração das suas razões em juízo, servindo a ampla defesa também como forma de legitimação do processo. A violação desse princípio está ligada ao conceito de cerceamento de defesa, consistente na prolação de uma decisão prematura, sem que tenha sido facultada à parte a utilização de todos os recursos previstos em lei para a defesa de seu direito. Como exemplos de violação à ampla defesa temos o indeferimento pelo juiz da causa de prova relevante e pertinente, requerida pela parte no momento oportuno, e a supressão de fases processuais.

Estes princípios são fundamentais para que possamos ter uma ordem jurídica realmente justa. Com efeito, é necessário que exista acesso à justiça, por meio de acesso ao judiciário. Contudo, este primado constitucional não pode se sobrepor, em hipótese alguma, aos princípios do contraditório e da ampla defesa, pois para que se tenha acesso à justiça é necessário que se esteja diante de uma ordem jurídica realmente justa, sendo que esta somente será efetivada mediante a aplicação dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Segundo Capelletti, o acesso à justiça possui duplo aspecto: acessibilidade a todos e resultados individuais e socialmente justos. Veja seu posicionamento¹³³:

A expressão “Acesso à Justiça” é reconhecidamente de difícil definição, mas serve para determinar duas finalidades básicas do sistema jurídico – o sistema pelo qual as pessoas podem reivindicar seus Direitos e/ou resolver seus litígios sob os auspícios do Estado. Primeiro, o sistema

¹³²BARROSO, Carlos Eduardo Ferras de Mattos. **Teoria Geral do Processo de Conhecimento**. 6ª ed. Vol. 11. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 13.

¹³³CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: Pallotti, 1988. p. 08.

deve ser igualmente acessível a todos; segundo, ele deve produzir resultados que sejam individuais e socialmente justos.

Pretende-se, pois, neste capítulo, estudar a forma em que se entrelaça a Efetividade de Acesso à Justiça, em seu duplo aspecto, e o *Jus Postulandi* nos Juizados Especiais Cíveis.

4.1 NO PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Os Juizados Especiais Cíveis corroboram com a efetividade de acesso ao judiciário esta, um dos aspectos da efetividade de acesso à justiça, conforme anterior citação de Cappelletti.

Para tanto, a Lei 9.099/95 instituiu um procedimento oral, simples e barato, bem como o *Jus Postulandi*, matéria que já foi debatida exaustivamente neste trabalho. Desta forma, pode-se dizer que qualquer do povo pode efetivamente dirigir-se a uma secretaria dos Juizados e lá deduzir sua pretensão sem qualquer formalidade e dispêndio de qualquer importância.

Conduto, certas considerações acerca deste estatuto processual que merecem ser colocadas em pauta, por se entrelaçarem com a promoção de uma ordem jurídica justa.

Pois bem. Dispõe o art. 14 da Lei 9.099/95 que o pedido será apresentado por escrito ou verbalmente diretamente na secretaria do Juizado, onde constará, de forma simples e em linguagem acessível: a) o nome, a qualificação e o endereço das partes; b) os fatos e os fundamentos, de forma sucinta; e c) o objeto e o seu valor.¹³⁴

Neste prisma, constata-se que o legislador reduziu os requisitos do pedido inicial, a fim de facilitar o exercício do *Jus Postulandi*. Obstante, há certas peculiaridades em relação da formulação do pedido pela própria parte que merecem ser observadas.

¹³⁴BRASIL. **Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

A primeira delas reside na hipótese da parte não narrar corretamente a causa de pedir. Diga-se de passagem que é esta limita o conhecimento do juiz sobre os dados da causa, daí sua importância. É, pois, a partir dela que o juiz aferirá se poderá acolher ou rejeitar o pedido do autor, conforme ensina Carlos Eduardo Ferraz de Matos Barroso¹³⁵:

Daí a relevância da correta descrição fática dos motivos que levam o interessado a provocar a jurisdição, pois são esses dados que limitarão o conhecimento do juiz quando do proferimento da sentença de mérito, sendo irrelevante a divergência da qualificação jurídica dada pelo autor aos fatos e aquela afirmada pelo prolator da decisão.

Quanto ao pedido, a importância do mesmo se reveste na medida em que o mesmo, por sua vez, delimita a lide, sobre a qual incidirá os efeitos da decisão. Com efeito, veda o art. 460, *caput*, do Código de Processo Civil¹³⁶ que o juiz profira sentença de natureza diversa da pedida, bem como condene o réu em quantidade superior ou objeto diverso do que lhe foi demandado.

Desta forma, mesmo que a parte tenha direito a tutela jurisdicional, poderá perder a demanda simplesmente por que não narrou corretamente a causa de pedir ou formulou pedido diverso do correspondente ao seu direito material.

Noutro ponto, a celeridade processual também pode acarretar graves consequências às partes. Dispõe o art. 16 da Lei 9.099/95 que a sessão de conciliação será designada no prazo de quinze dias e, caso esta reste infrutífera, de acordo com o art. 27, *caput*, da mesma Lei, realizar-se-á imediatamente a audiência de instrução, onde será proferida a sentença¹³⁷.

Pode-se dizer que praticamente todos os atos processuais nos Juizados Especiais Cíveis se concentram em uma única audiência. Nesta oportunidade o réu deverá apresentar sua defesa, o autor se manifestar em réplica, às partes provarem suas alegações e o juiz proferir a sentença.

¹³⁵BARROSO, Carlos Eduardo Ferras de Mattos. **Teoria Geral do Processo de Conhecimento**. 6ª ed. Vol. 11. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 39.

¹³⁶RASIL. **Código de Processo Civil**. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

¹³⁷BRASIL. **Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

Outro ponto que merece ser observado é o fato do autor somente conhecer a contestação no momento da audiência, conforme o enunciado 10 do FONAJE¹³⁸. Desta forma, como não soube com antecedência quais fatos se tornaram controversos poderá se equivocar na instrução processual que, por sua vez, é limitada.

Frise-se ainda a limitação do sistema de impugnação das decisões judiciais, uma vez que somente é admissível o Recurso Inominado para a Turma Recursal, não cabendo Recurso de Agravo e Ação Rescisória, conforme já estudado. Ademais, caso o preparo do recurso não seja feito corretamente, haverá deserção do apelo, conforme dispõe o § 1º do art. 42 da Lei 9.099/95.¹³⁹

Neste contexto, a celeridade processual pode emperrar o contraditório e a ampla defesa. Portanto, por prudência, as partes devem atentar-se todas as vezes que forem demandar nos Juizados Especiais, especialmente se desacompanhadas de advogado.

Também merece ser colocado em pauta que o exercício da ação é facultativo para o autor. Sendo assim, caso este queira esquivar-se deste procedimento célere poderá optar pelo procedimento comum. Todavia, o réu, notadamente mais prejudicado na demanda, não tem a opção do procedimento comum.

Câmara sustenta o caráter opcional dos Juizados Especiais e afirma que o demandado não poderá reclamar a opção do autor pelo Juizado. Todavia, o doutrinador silencia acerca da opção pela justiça comum¹⁴⁰:

É por conta desse segundo argumento, aliás, que o demandado terá de se sujeitar à escolha do demandante, não podendo reclamar a opção pelo Juizado. É, que essa é uma via considerada adequada pelo ordenamento jurídico para que o demandante postule tutela jurisdicional em seu favor e, optando o demandante pelo via ordinária, não sofrerá o demandado qualquer prejuízo, já que ali terá à sua disposição uma via

¹³⁸BRASIL. XXI Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE. Vitória, 30/05/2007 a 02/06/2007. Disponível em <<http://www.fonaje.org.br/2006>>. Acesso em 03/11/2007.

¹³⁹BRASIL. Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

¹⁴⁰CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais. Uma Abordagem Crítica**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2007. p. 30.

processual em que poderá exercer, de forma plena, o seu direito de defesa.

Portanto, pode-se concluir que o procedimento dos Juizados Especiais Cíveis incrementam o princípio da inafastabilidade da jurisdição. Todavia, também se infere que o mesmo requer das partes e do operador do direito atenção especial, a fim de que não seja concedida tutela jurisdicional injusta.

4.2 EFETIVIDADE DE ACESSO AO JUDICIÁRIO

O êxodo rural, o aumento da população, a evolução da atividade econômica e da sociedade massificaram os conflitos e reclamaram do Estado maior agilidade processual. Nestes termos, os Juizados Especiais Cíveis, com efeito, incrementam a efetividade de acesso ao judiciário.

Por outro lado, o Estado monopolizou a Justiça e tipificou como crime o exercício arbitrário das próprias razões. Desta forma, todo aquele que tiver uma pretensão resistida deverá procurar o judiciário a fim de que sua lide seja decidida pelo Estado-Juiz, e não satisfazê-las com as próprias forças.

Pois bem. Diga-se de passagem que inúmeras causas que tramitam nos Juizados possuem valor inferior a um salário mínimo. Ademais, grande parte delas referem-se a relações de consumo. Assim sendo, sob esta ótica, infere-se que os Juizados Especiais Cíveis tutelam em massa as pequenas lides, que não despertam interesse da comunidade jurídica.

Frise-se ainda que a resolução 005/2004/PRES/OAB/RO¹⁴¹ estipula o valor mínimo de R\$ 300,00 (trezentos reais) para que advogado patrocine causa perante o Juizado. Ademais, até a presente data não foi instituído o órgão de assistência judiciária junto aos Juizados na maioria dos Estados da Federação e, obstante, a mesma se limita na hipótese da outra parte comparecer assistida de advogado ou for pessoa jurídica.

¹⁴¹RONDÔNIA. **Ordem dos Advogados do Brasil**. Disponível em <<http://www.oab-ro.org.br/DetalheConteudo.aspx?id2=159>> Acesso em 05/11/2007.

Portanto, se não fosse a instituição do *Jus Postulandi* nos moldes em que ocorre nos Juizados Especiais Cíveis, pequenos conflitos jamais receberiam tutela estatal.

Por sua vez, grande parte dos usuários dos Juizados Especiais são pessoas carentes, consumidores, profissionais liberais, microempresas e empresas de pequeno porte. Neste prisma, tem-se os juizados como um grande instrumento protetor das relações negociais em geral, o que facilita o regular desenvolvimento da economia e evita conflitos sociais.

4.3 DA IMPORTÂNCIA DO ADVOGADO

O advogado é indispensável à administração da justiça, a teor do que dispõe o art. 133 da Constituição Federal¹⁴². Sob o prisma de democratizar o acesso à justiça, a Lei 9.099/95 facultou a parte comparecer independente de advogado, nas causas de valor inferior a vinte salários mínimos, barateando o custo do processo.

Contudo, as partes não detêm conhecimentos técnicos especializados para litigar desassistidas em juízo, daí a importância de estarem acompanhadas de casuístico.

Corroborando esta argumentação, Paiva¹⁴³, citando Nascimento, ressalva que:

A prática não tem revelado bons resultados quanto a essa experiência. Se a ausência do advogado deixa o Juiz mais à vontade para reduzir as exigências formais do processo e simplificar o seu andamento, por outro lado a comunicação com o juiz torna-se mais difícil. As petições são mal redigidas e ao meio de uma longa redação, defeituosa, não apenas sobre o prisma técnico, mas também estritamente gramatical, estende-se um desabafo sentimental pouco produtivo ou um ataque ferino ao adversário, quando não são esses os argumentos que convencerão o juiz, muito menos esse é a forma de transmitir ao seu conhecimento os aspectos fundamentais da questão. Uma tipificação de modelos jurídicos padronizando as petições e que só o advogado conhece, é necessária

¹⁴²BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

¹⁴³PAIVA, Mário Antônio Lobato de. **A Supremacia do Advogado em face do *Jus Postulandi***. Disponível em <<http://www.advogado.adv.br/artigos/1999/art06.htm>>. Acesso em 05/11/2007.

para melhor compreensão da demanda. O jus postulandi é um dos aspectos que devem merecer a atenção do legislador, mesmo porque há uma contradição entre processo trabalhista perante o órgão jurisdicional, tecnicista, portanto, e postulação leiga. O advogado é o intermediário natural entre a parte e o órgão judicial, para melhor atuação deste.

E mais, citando¹⁴⁴ Dinamarco, argumenta que:

...a efetividade do processo está bastante ligada ao modo como se dá curso à participação dos litigantes em contraditório e à participação inquisitiva do juiz. O grau dessa participação de todos constitui fator de aprimoramento da qualidade do produto final, ou seja, fator de efetividade do processo do ponto de vista do escopo jurídico de atuação da vontade concreta do direito. Ora, esse grau de aprimoramento só poderá ser alcançado se as partes em litígio estiverem acompanhadas de um nobre causídico, pois, somente através dele será possível elaborar peças que correspondem à vontade concreta da parte litigante em assegurar seu direito de postulação e defesa, neste último, exercitando o amplo direito de defesa e o contraditório amplamente assegurados na Constituição Cidadã e quase inatingíveis à parte que apresenta-se em juízo sem a representação legal de um advogado.

E não é só neste momento processual que a importância do advogado se manifesta. Na instrução processual, com efeito, também é imperiosa a presença do advogado.

Nesta oportunidade serão dadas às partes a oportunidade para provarem suas alegações. Caso não obtenham êxito, portanto, como consequência inexorável será o mérito desfavorável.

Não parece possível, pois, que a parte, ante a oitiva de testemunha, consiga fazer perguntas, ou mesmo manifestar-se sobre os documentos juntados, ou alguma preliminar. A propósito, para o FONAJE¹⁴⁵ a assistência obrigatória somente ocorre após a fase de conciliação, o que afigura a importância do advogado neste momento processual: *“Enunciado 36 - A assistência obrigatória prevista no art. 9º da Lei 9.099/1995 tem lugar a partir da fase instrutória, não se aplicando para a formulação do pedido e a sessão de conciliação.”*

Frise-se ainda que a importância do advogado é tamanha que a própria Lei dos Juizados Especiais dispõe que é dever do juiz alertar as partes da

¹⁴⁴*Idem, Ibidem.*

¹⁴⁵BRASIL. XXI Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE. Vitória, 30/05/2007 a 02/06/2007. Disponível em <<http://www.fonaje.org.br/2006>>. Acesso em 03/11/2007.

conveniência do patrocínio por advogado, quando a causa o recomendar (§2º, art. 9º, Lei 9.099/95).

Ademais, estando a parte desacompanhada de casuístico, será mais fácil persuadi-la a aceitar acordo, o que nem sempre poderá ser favorável.

Assim sendo, neste contexto, conclui-se que embora seja admitido o exercício do *Jus Postulandi* nos Juizados Especiais Cíveis, sempre será conveniente a parte comparecer acompanhada de advogado, a fim de que seu direito seja realmente tutelado.

4.4 DA INEXISTÊNCIA DE AMPARO ESTATAL

Os Juizados Especiais Cíveis foram instituídos com uma única missão: democratizar o acesso à justiça. Neste prisma, pois, a Lei 9.099/95 instituiu uma série de vantagens para as partes, a fim de cumprir seu objetivo primordial.

O art. 56 da Lei 9.099/95 dispõe que, instituído o Juizado Especial Cível, serão implantadas as curadorias necessárias e o serviço de assistência judiciária. Por sua vez, o §1º do art. 9º da mesma Lei facultam as partes requerem a assistência judiciária prestada por órgão instituído junto ao Juizado Especial, na forma da lei local, se a outra parte comparecer acompanhada de advogado ou for pessoa jurídica ou firma individual.¹⁴⁶

Desta forma, no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis a assistência judiciária deve ser concedida de forma ampla e ilimitada, tanto ao hipossuficiente econômico quanto ao jurídico.

A propósito, Câmara¹⁴⁷ ensina que:

Em segundo lugar, é preciso ficar claro que o patrocínio gratuito por advogado nas causas de até vinte salários-mínimos não é um direito apenas daqueles que não podem custear os serviços desse profissional.

¹⁴⁶BRASIL. **Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

¹⁴⁷CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais. Uma Abordagem Crítica**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2007.

Não se trata de prestar assistência judiciária gratuita ao hipossuficiente econômico. Aqui se trata de prestar assistência jurídica ao hipossuficiente jurídico. Sendo a causa de pequeno valor econômico, exigir-se a presença de um advogado remunerado implicaria em verdadeiro obstáculo ao acesso à justiça. Ora, se o acesso à justiça é garantia fundamental, consagrada na Constituição da República, é dever do Estado assegurá-lo.

Segundo o FONAJE¹⁴⁸, o serviço de assistência judiciária deverá ser prestado não só as pessoas físicas, mas também às microempresas e empresas de pequeno porte: “*Enunciado 48 – O disposto no § 1º do art. 9º da Lei 9.099/95 é aplicável às microempresas e às empresas de pequeno porte. (Nova Redação aprovada no XXI Encontro – Vitória/ES).*”

Todavia, essa assistência judiciária difere-se da instituída pela Lei 1.050/60 e até a presente data não foi criada. Com efeito, a Lei 1.050/60 instituiu a assistência judiciária ao hipossuficiente econômico, e não ao jurídico. Desta forma, cabe ao Defensor Público prestar o serviço de assistência judiciária tão somente aos necessitados, conforme o disposto no *caput* do art. 134 da Constituição Federal.¹⁴⁹

Martins¹⁵⁰, Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro e Professora Universitária, afirma que não é dever do Defensor Público prestar assistência judiciária nos Juizados Especiais Cíveis, quando a parte não puder ser beneficiária da justiça gratuita:

O fato de a parte contrária estar assistida por advogado ou ser a parte Ré pessoa jurídica ou firma individual não condiciona a atuação da Defensoria Pública que encontra-se adstrita na esfera cível à miserabilidade jurídica de seu patrocinado. Ora, qualquer outra interpretação que se confira à norma ainda que com intuito de preservar-se a igualdade entre as partes fere o diploma legal da Lei 1.060/50, art. 4º e, ainda, o mandamento constitucional insculpido nas normas do Art. 5º, LXXIV e Art. 134, CR., criando nova função atípica do Defensor Público: atuação na área cível adstrita à outra parte estar patrocinada por advogado ou em função de sua qualidade: pessoa jurídica ou firma individual.

¹⁴⁸BRASIL. **XXI Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE**. Vitória, 30/05/2007 a 02/06/2007. Disponível em <<http://www.fonaje.org.br/2006>>. Acesso em 03/11/2007.

¹⁴⁹BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

¹⁵⁰MARTINS, Daniella Calandra. **A Assistência Judiciária junto ao Juizado Especial Cível e a Defensoria Pública**. Disponível em <<http://www.justicavirtual.com.br/artigos/art01.htm>>. Acesso em 15.11.2007.

Obstante, raramente é observada a atuação da Defensoria Pública junto aos Juizados, mesmo sendo a parte pobre na forma da Lei. Paiva¹⁵¹, citando Mallet, combate o *Jus Postulandi* e ressalta a obrigação do Estado em fornecer o serviço de assistência judiciária:

...tudo se resume à seguinte idéia tirada de uma analogia do direito com a medicina (e são muito freqüentes as semelhanças entre as duas ciências: a lide é uma doença e o juiz atua como médico, curando a doenças, etc.): ao doente pobre ninguém imagina oferecer tão somente a possibilidade de se tratar por si mesmo; cabe, sim, a assistência médica pública e gratuita. Ao litigante pobre, da mesma forma, o que se deve dar é assistência jurídica gratuita e não permitir que, postulando por sua conta em juízo, faça com que se perca seu direito.

Conforme o disposto no §1º do art. 9º da Lei 9.099/95, competem aos Estados-Membros da Federação a criação do serviço de Assistência Judiciária no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, o que até a presente data ainda não ocorreu.

Desta forma, enquanto os governantes não tomarem consciência da importância da instituição deste serviço de assistência judiciária junto aos Juizados Especiais Cíveis o direito esculpido no §1º, do art. 9º, da Lei 9.099/95, que possibilita preservar a igualdade entre as partes, com efeito, não poderá ser exercido.

¹⁵¹PAIVA, Mário Antônio Lobato de. **A Supremacia do Advogado em face do *Jus Postulandi***. Disponível em <<http://www.advogado.adv.br/artigos/1999/art06.htm>>. Acesso em 05/11/2007.

5 CONCLUSÃO

No decorrer do presente estudou-se o exercício do *Jus Postulandi* e da Efetividade de Acesso à Justiça no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis. Neste diapasão, constatou-se que o *Jus Postulandi* e os Juizados Especiais Cíveis incrementam, modo geral, a efetividade de acesso ao judiciário, esta um dos aspectos da efetividade de acesso à justiça.

O *Jus Postulandi* remonta da história do próprio direito processual. Por outro lado, este instituto processual está previsto nas mais diversas legislações processuais, não sendo exclusivo dos Juizados.

Embora severamente criticado pela doutrina, o *Jus Postulandi* se firmou sob o argumento de incrementar a efetividade de acesso à justiça, conforme entendimento do pretório excelso.

Demonstrou-se que a Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995 incrementou uma série de medidas a fim de facilitar o exercício do *Jus Postulandi*, dentre estas, inclusive, a instituição de um processo simples, oral, e célere, tendo em vista que as partes dificilmente detêm conhecimentos técnicos especializados.

O procedimento dos Juizados Especiais Cíveis, com efeito, foge do formalismo exacerbado e impinge um processo célere e de poucos custos, o que é plenamente compatível com as causas de pequeno valor.

Ora, não há sentido que o Estado promova um processo moroso e de alto custo quando o interesse social envolvido é pequeno, como nas causas patrimoniais de pequeno valor.

Desta forma, pode se concluir que ao mesmo tempo os Juizados Especiais Cíveis incrementam a efetividade de acesso à justiça, barateia os custos do processo e acelera a entrega da prestação jurisdicional.

No tocante a efetividade de acesso à justiça, tem-se que ao instituir o *Jus Postulandi* e isentar às custas em primeiro grau de jurisdição, os Juizados Especiais Cíveis, com efeito, democratizaram o acesso à justiça.

Portanto, mesmo que inexista profissional que se interesse pela causa, mesmo que a parte não tenha recursos financeiros ou não tenha conhecimento técnico especializado, pode a mesma dirigir-se a secretaria dos Juizados e lá deduzir sua pretensão, a qual deverá ser imediatamente tutelada pelo órgão competente.

REFERÊNCIAS

ALVIM, J. E. Carreira. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais: Lei 9.009/95**. 3ª ed. Juruá. Curitiba: 2006.

BARROSO, Carlos Eduardo Ferras de Mattos. **Teoria Geral do Processo de Conhecimento**. 6ª ed. Vol. 11. São Paulo: Saraiva, 2007.

§
BRASIL. **Código Civil Brasileiro**. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

§
-. **Código de Processo Civil**. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

-. **Código de Processo Penal**. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

§
-. **Código Penal**. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

§
-. **Consolidação das Leis do Trabalho**. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

§

- **Constituição da República Federativa do Brasil.** *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

- **Decreto-Lei 4.657 de 04 de setembro de 1942.** Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

- **Lei 5.478 de 25 de julho de 1968.** Dispõe sobre ação de alimentos e dá outras providências. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

§

- **Lei 6.015 de 31 de dezembro de 1973.** Dispõe sobre os Registros Públicos e dá outras providências. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

§

- **Lei 7.346 de 22 de julho 1985.** Veda novas inscrições no Quadro de Provisionados da Ordem dos Advogados do Brasil e, mediante alterações da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, assegura, aos atualmente inscritos nesse Quadro, o amplo direito de exercício da profissão de advogado. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action>>.

- **Lei 8.906 de 04 de julho de 1994.** Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

§

- **Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995.** Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

§

- **Lei 10.259 de 12 de julho de 2001.** Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal. BRASIL. *Vade Mecum acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.*

§

- **Lei Complementar 123/2006.** Institui o estatuto nacional da microempresa e da empresa de pequeno porte; altera dispositivos das leis 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da consolidação das leis do trabalho - clt, aprovada pelo decreto-lei 5.452, de 1 de maio de 1943, da lei 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da lei complementar 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as leis 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp123.htm>.

- **Súmulas do Superior Tribunal de Justiça.** *Vade Mecum* acadêmico de direito. Organização por Anne Joyce Angher. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

- **Superior Tribunal do Trabalho.** Acórdão nº TST-RO- AR-468/84 - Ac. SDI 4.938/90, 12.12.1989. Rel. Min. Orlando Teixeira da Costa. Disponível em <http://www.direitomoderno.com/novos_textos/o_direito_de_jus_postulandi.doc>.

- **Supremo Tribunal Federal.** Acórdão ADI 1539/UF. Rel. Min. Maurício Correa. Disponível em <<http://www.stf.gov.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADIN&s1=1539&processo=1539r>>.

-. **XXI Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE**. Vitória, 30/05/2007 a 02/06/2007. Disponível em <<http://www.fonaje.org.br/2006>>. Acesso em 15/09/2007.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais. Uma Abordagem Crítica**. 3ª Ed. *Lumen Juris*. Rio de Janeiro: 2007.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: Pallotti, 1988.

§
DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. Vol. II. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

§
FALCÃO, Ismael Marinho. **O Jus Postulandi em frente ao Novo Ordenamento Jurídico Constitucional**. Disponível em <<http://www.cesarkallas.net/arquivos/livros/E-books%20de%20Direito/00256%20%20O%20Jus%20Postulandi%20Frente%20ao%20Novo%20Ordenamento%20Constitucional.pdf>>

FRIGINI, Ronaldo. **Comentários a Lei dos Juizados Especiais Cíveis**. 2ª ed. HJ Mizuno: Leme, 2004.

§
GONÇALVES, Marcos Vinicius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil**. Vol. 01. 2ª ed. Saraiva: São Paulo, 2005.

§
MARTINS, Daniella Calandra. **A Assistência Judiciária junto ao Juizado Especial Cível e a Defensoria Pública**. Disponível em <<http://www.justicavirtual.com.br/artigos/art01.htm>>.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**. 7ª Ed. Atlas: São Paulo, 1998.

§
NAVES, Nilson. **XIII Encontro do Fórum Permanente dos Coordenadores dos Juizados Especiais Cíveis**. Disponível em <<http://www.stj.gov.br/Discursos/0000361/XIII%20Encontro%20do%20F%C3%B3rum%20de%20Coord%20dos%20Juizados%20Especiais.doc>>.

PAIVA, Mário Antônio Lobato de. **A Supremacia do Advogado em face do Jus Postulandi**. Disponível em <<http://www.serrano.neves.nom.br/cgd/012101/5a003.htm>>

PORTINHO, Roberta Brenner Ochilacki. **Evolução da História da Advocacia**. Disponível em <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=25>>. Acesso em 16/10/2007.

Rondônia. **Ordem dos Advogados do Brasil**. Disponível em <<http://www.oab-ro.org.br/DetalheConteudo.aspx?id2=159>> .

RONDÔNIA. [Tribunal de Justiça do Estado De Rondônia](http://www.tj.ro.gov.br/admweb/view.jsp?id=58268677-ad9a-402d-8ddd-43ee80070fc5). Disponível em <<http://www.tj.ro.gov.br/admweb/view.jsp?id=58268677-ad9a-402d-8ddd-43ee80070fc5>>. Acesso em 10/09/2007.

SANTOS, Marisa Ferreira, CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Juizados Especiais Cíveis e Criminais Federais e Estaduais, tomo II**. 4. ed. Saraiva: São Paulo, 2006.

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 9ª ed. Malheiros: São Paulo, 1994.

§

SILVA, Ovídio A. Batista. **Curso de Direito Processual Civil**. Vol. 01. 3ª ed. RT: São Paulo, 2002.

§

[WAMBIER, Luiz Rodrigues; ALMEIDA, Flávio Renato Correia de; TALAMINI, Eduardo. Curso Avançado de Processo Civil, volume 1: teoria geral do processo e processo de conhecimento. 8ª ed. ver., atualizada e ampliada. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006. p. 246](#)

§

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins e a quem possa interessar que a presente Monografia intitulada **CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS: *JUS POSTULANDI E EFETIVIDADE DE ACESSO À JUSTIÇA*** foi por mim elaborada, nos prazos, termos e normas estabelecidas pelo departamento do Curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia - UNIR - *Campus* de Cacoal.

Cacoal/RO, 10 de março de 2008.

FÁBIO ALY DE FREITAS

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins e a quem possa interessar, que a presente Monografia intitulada **CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS: *JUS POSTULANDI E EFETIVIDADE DE ACESSO À JUSTIÇA*** está de acordo com a norma culta da língua portuguesa.

Cacoal/RO, 10 de março de 2008.

Claudenice Quiovetti do Nascimento André

Licenciada em Língua Portuguesa e Literatura

FREITAS, F. A.

Considerações Acerca dos Juizados Especiais Cíveis: *Jus Postulandi* e Efetividade de Acesso à Justiça.

Fábio Aly de Freitas – 2008

Vii, 59 f., enc.; 30 cm

Monografia – Fundação Universidade Federal de Rondônia –
Campus de Cacoal, 2008.

Bibliografia: f. 76-79.
